

20	186
Livro	Folhas

## -----ATA N.º 4/2022-----

**QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS  
TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E  
VINTE E DOIS**-----

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, na freguesia do Bêco, na Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Santo Amaro, sito em Alqueidão de Santo Amaro, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----
2. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 24 de junho de 2022.-----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

2a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Lago Azul, na localidade Castanheira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

2b) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Fontinha, na localidade Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

2c) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Municipal n.º 526 (Estrada da Maré), na localidade de Pereiro, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, referente à alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE), ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Ferreira do Zêzere (RISAASFZ), em cumprimento da alínea g), do n.º1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para conceder a isenção do pagamento da licença de ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere, no presente mandato, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 3 do artigo 53.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere. -----

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para conceder a utilização gratuita do Campo Desportivo Sintético - Parque de Lazer, nos termos do

20	187
Livro	Folhas

artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 1.1 do artigo 47.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere. -----

7. Proposta de Alteração de Toponímia, levada a cabo por parte da Assembleia Municipal, do nome de Praça Dr. Guilherme Godinho à atual Praça Professor Egas Moniz, em cumprimento à deliberação n.º 30AM/2022 de 30 de abril de 2022: -----

7a) Para apreciação e conhecimento, da deliberação da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea ss), do n.º 1, artigo n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

8. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 3 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 2 - Modificação às GOP (PPI e AMR), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

9. Apreciação e votação à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

10. Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 5 do art.º 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua atual redação. -----

11. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c), in fine, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1º, 22º e 23º do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do pedido de Contratação de Empréstimo até ao montante máximo de 1.990.000,00€, nos termos da alínea f, do n.º 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

14. Apreciação e votação da proposta aprovada em Conselho Municipal da Educação, e com pronúncia positiva por parte da DGESTE, relativa à "Carta Educativa do Município de Ferreira do Zêzere", nos termos da proposta em anexo, conforme artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. -----

15. Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

**INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----**

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Presenças:** distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência do Deputado Municipal, Armando do Carmo Cotrim, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, que foi substituído pela cidadã Sandra Isabel Duarte Antunes. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, Hugo Miguel de Freitas de Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

**Abertura da Sessão:** Eram vinte e uma hora e dez minutos, quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral, mais concretamente da zona do Bêco, para assistir àquela Sessão de Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que de acordo com o Regimento e de acordo com as disposições legais da proteção de dados, aquela Sessão estará a ser gravada para depois ser libertada por Streaming na página da Câmara Municipal em momento oportuno, cumprindo-lhe renovar aquele aviso. -----  
Antes de entrar no Período de Antes da Ordem do Dia, pediu que guardassem um minuto de silêncio em honra da memória do Dr. João Costa, natural do Bêco, que originou a fundação com o seu nome, do Dr. José Manuel Garcez da Cunha, que era um ilustre médico neurologista, e pessoa benemérita daquela freguesia e também do autarca, o Senhor Agostinho da Cruz, pelo que todos os presentes se levantaram e cumpriram um minuto de silêncio. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bêco, em virtude de a sessão ordinária se efetuar naquela freguesia. -----

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bêco, António José Craveiro de Carvalho, cumprimentou a mesa da Assembleia Municipal, na

pessoa do Dr. José Casanova, ao executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, aos colegas de bancada e ao público presente. Disse ser uma satisfação para ele estar ali num local onde jogou muitas vezes o pião, dizendo que foi naquele edifício que fez a instrução primária, agradecendo a presença de todos os presentes realçando a iniciativa do Dr. José Casanova em descentralizar as Assembleias pelas freguesias, esperando que corra tudo em harmonia como tem corrido até aquela data com discussão franca e aberta, em que cada um manifesta a sua opinião, com respeito pelas opiniões contrárias. Antes de terminar quis só interpolar três, quatro situações ao executivo que no momento certo fossem esclarecidos. O primeiro ponto tem a ver com a revisão do PDM, achando um ponto importantíssimo e que continuam à espera. O segundo ponto e dizendo respeito às transferências de competências para as freguesias, que se está a aproximar o final do ano, sendo necessário fazer os orçamentos, referindo que têm de estar preparados para saber com o que podem contar e programar. O terceiro ponto e referindo-se à fibra ótica na freguesia, pensando que o problema também se coloca noutras freguesias, particularmente em Dornes, sendo uma situação que terá de ser revista. E um último ponto que pretende que seja implementado com algum cuidado são as reuniões mensais com o executivo com e nas juntas de freguesia, achando que é local próprio para apresentarem os seus problemas discutindo abertamente aquilo que necessitam e dizendo o que está mal, terminando assim a sua intervenção. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, informou resumidamente o expediente recebido desde a última sessão, existindo uma situação particular, dizendo respeito a

20	189
Livro	Folhas

um email recebido do PPD/PSD de Ferreira do Zêzere, um comunicado do PPD/PSD.CDS-PP, achando pela importância que se revela, pediu autorização aos senhores deputados, a inclusão do registo cento e cinquenta e sete no ponto três no Período de Antes da ordem do Dia, ao que não havendo manifestação por parte dos Deputados Municipais, foi aprovado passar o assunto em apreço para o ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

**2. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 24 de junho de 2022.** -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria e em minuta, com vinte votos a favor, zero votos contra e duas abstenções dos eleitos António Manuel de Jesus Henriques e Sandra Isabel Duarte Antunes que não estiveram presentes na referida sessão. -----

**3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Ferreira Salgado, no uso da palavra, quis chamar a atenção a alguns pontos que acha pertinentes e que a Câmara deve ter em consideração para o próximo ano. Referiu que a chamada de atenção não é nenhuma crítica, e que no executivo anterior, foi prometido e nada fizeram, esperando que o atual executivo cumpra aquilo que dizem. Um dos assuntos que foi falado na anterior legislatura foi a Casa da Música no Carril, em que já havia um projeto, mas é certo que a Casa da Música está em ruínas, não sabendo o que sairá dali, no sentido se haverá ou não projeto, se haverá ou não participação, solicitando à Câmara Municipal que proteja pelo menos as paredes para não caírem, retirando os entulhos que se encontram no interior, para que num futuro projeto a Câmara manter

as respetivas paredes. Referindo-se ao Cemitério de Ferreira do Zêzere, e várias vezes o havia feito com o anterior executivo, nomeadamente com o anterior Presidente da Câmara que quando interpelado em Assembleia dizia que o problema estava quase resolvido. Ora, o cemitério nunca foi pintado, puseram-se uns ossários, e estando-se a estudar um cemitério novo, dizendo que o que lá vai, lá vai. Havendo novo executivo, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que pelo menos se pinte o cemitério de Ferreira do Zêzere, dando o exemplo do Cemitério de Águas Belas e Areias em que têm um aspeto digno, dizendo que quem não trata dos mortos, terá dificuldades em tratar dos vivos. Referindo-se às empresas de restauração, chamou a atenção do problema que, sendo bom que a Câmara Municipal aposte no turismo e que haja turistas, e houve muitas pessoas em Ferreira do Zêzere, já foi mau porque os proprietários dos restaurantes fizeram o horário de fecho ao sábado e ao domingo. Disse que a Câmara não pode estabelecer horários naquilo que não lhe pertence, mas pode sim, sensibilizar os donos dos restaurantes, no sentido de que se a Câmara está a pedir às pessoas para virem visitar Ferreira do Zêzere, as mesmas encontrem local onde comer, senão vão para outro lado a dizer mal de Ferreira do Zêzere, e para dizer mal de Ferreira do Zêzere existem aqueles atores da correspondência nas redes sociais em que criticam tudo, e que segundo ele esses senhores não têm a coragem de vir a uma Assembleia Municipal, onde possam confrontar a Câmara Municipal, pois para eles está tudo mal e que o novo executivo que está na Câmara Municipal há um ano, ainda não fizeram nada e nada de bem, dizendo que para evitar isso, solicita à Câmara Municipal que estabeleça, que sensibilize os proprietários dos restaurantes para que colaborem que é bom para eles para o turismo e bom para todos, dando um exemplo de fazerem um horário de verão e outro de inverno, sabendo que é difícil pois muitas vezes queixam-se que não têm empregados, pois é

20	190
Livro	Folhas

um trabalho duro. Referiu que a Câmara também dá qualquer coisa às empresas, dando o exemplo de os proprietários que têm as esplanadas estão isentas de taxa de ocupação, dizendo que aquelas que não querem colaborar com a Câmara, ou até mesmo com o Concelho, podem perder essa isenção. Deu mais um exemplo do que a Câmara poderá fazer e em relação às estruturas para fixação de painéis de publicidade junto das rotundas em que as mesmas têm uma taxa de quinze euros mensais para cada empresa, dando cerca de cento e oitenta euros por ano, não sendo com cento e oitenta euros por anos por vinte, trinta empresários que a Câmara irá à falência e que poderá ser um gesto de gratidão, de incentivo para essas empresas, havendo um regulamento nesse sentido, para que elas possam concorrer a essa isenção. Por último falou numa crítica que se tem referido nas redes sociais e não só, que é a passadeira junto do WC público, na Travessa Colégio de Nossa Senhora do Pranto, que bate numa parede, dizendo que as pessoas gozam, as pessoas criticam, e que poderá haver soluções para aquela situação, que poderá passar pela retirada da mesma ou deslocando-a, deixando ao executivo para repensar o assunto, terminando assim os seus pedidos de esclarecimento. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, começou por referir a importância que o rio têm para a economia e turismo do Concelho de Ferreira do Zêzere, e sabendo recentemente através da comunicação social de um possível transvase da Barragem do Cabril para a Barragem de Belver com a construção de um túnel, ficando preocupado, e que deve preocupar a todos, querendo saber a opinião do Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que têm havido nos últimos anos níveis baixos de água, e mais concretamente neste último ano, terminando assim a sua intervenção. -----



O Senhor Deputado Municipal, Márcio Rafael Gomes Cabral, no uso da palavra, começou por falar da transferência de competências para as Juntas de Freguesias, assunto já mencionado pelo Senhor Presidente do Bêco, António José Craveiro. Disse que esta era a altura ideal para saber com o que podem contar para o ano seguinte, pois têm de preparar os orçamentos das Juntas de Freguesia. Falou de seguida sobre o assunto da Biocompost, lembrando que na última Assembleia Municipal foi pedido de voto de confiança nos trabalhos que estavam a decorrer e nas reuniões que estavam a ser feitas com a empresa, sendo para ele a única certeza é que os maus cheiros voltaram e com muita intensidade, com muita regularidade, gostando de saber o ponto de situação em que se está, e o que tem decorrido dessas negociações e se for possível o transmitirem. Falando de outro assunto e tendo a ver com a Tejo Ambiente, gostaria de saber alguma coisa relativo à questão das taxas, de saneamentos e que fossem esclarecidos sobre essa situação. Em relação à ETAR de Areias, disse que estava prometido fazerem no segundo semestre e estando no final de setembro, não está nada feito, querendo saber novidades. Para terminar, falou sobre as empreitadas dos muros que estavam previstas serem feitas no primeiro semestre, dizendo que recebeu há três semanas um comunicado oficial da Câmara Municipal que iriam iniciar na semana que já passou e na sua freguesia ainda não se iniciou nada, querendo saber para quando está previsto, referindo principalmente a situação do alto do Cidral, tal como referiu para a Câmara Municipal, houve necessidade de passagem de uma ambulância o que não foi possível derivado à situação muito preocupante que se encontra no local, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Márcio Cabral já tinha dito tudo o que pretendia

20	191
Livro	Folhas

dizer, e queria apenas acrescentar se relativamente à Comave, S.A., existem mais novidades ou não, terminando assim a sua intervenção. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e por força de ter visto o seu nome envolvido diretamente no assunto, iria dizer aquilo que pensa, dizendo que como aprendeu com o seu pai *“durante a vida é-nos dado o direito de cair muitas vezes, mas a honra está na forma como nos levantamos”*, e quem não se sente não é filho de boa gente, mencionou. Referiu que na última Assembleia foram apresentadas a todos os Deputados Municipais uma pesquisa que levou a cabo de documentos existentes no Município, e que frisou novamente de documentos existentes no Município, não recorrendo a nenhuma outra fonte que não a documentos existentes no Município. Teve a colaboração dos funcionários do Município que o auxiliaram, ajudando na sua pesquisa, e que apresentou uma pesquisa acerca desses documentos. Disse que de acordo com o que ficou expresso na ata que se acabou de votar e aprovar, por maioria, e com duas abstenções, foram feitas e tomadas algumas atitudes. Dessas atitudes e reconhecendo que não é fácil estar longe e ver os documentos que caem no email e ter uma certa brevidade para dar uma resposta, comete lapsos, e lapsos involuntários que pretende corrigir imediatamente, quando lhe chamam a atenção. Continuou e resumindo o que se passou na ata que foi aprovada, em que se aprovou uma recomendação, e nessa recomendação se solicitava e madatava o Executivo, para mover um processo de instrução legal contra a empresa Comave, S.A., no qual foi feito um texto de acordo com aquilo que foi decidido pela Assembleia Municipal, mandatando o Senhor Presidente da Câmara, de acordo com os artigos do Regimento, a elaborar o texto desse documento, partilhado com os líderes das respetivas bancadas, obtendo-se uma resposta positiva de ambas as partes. Desse documento que foi enviado para a

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, passou a ler na íntegra: “No seguimento do nosso ofício n.º 161AM/2022 de 29/06/2022, somos a enviar texto com correção por lapso da linguagem específica nele aplicada, pelo que solicitamos a substituição do anterior por este ofício. A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, reunida a 24 de junho de 2022, na União de Freguesias de Areias e Pias, na Associação Recreativa e Cultural de Matos e Barbatos, no lugar de Matos, decidiu por unanimidade, mandar o Executivo Municipal, para instruir processo legal contra a empresa COMAVE, por não cumprimento do Artigo 81, nº 1 do referido Regulamento, bem como impedir o acesso imediato da COMAVE à rede de saneamento do Município de Ferreira do Zêzere, assim: 1 - Considerando que a empresa COMAVE, labora com 2 digestores na sua UTS, e não com um como apresentado na sua licença de exploração e ambiental; 2 - Considerando que os referidos 2 digestores da sua UTS, utilizam o mesmo sistema de drenagem quer para a atmosfera, quer para o sistema coletor de águas residuais; 3 - Considerando, que nestes anos de atividade laboral, a empresa introduziu efetivas alterações nas suas instalações, particularmente no que diz respeito à drenagem das águas residuais industriais, colidindo com o teor da sua licença ambiental; 4 - Considerando que a ETAR dos Outeiros, não se encontra preparada para receber resíduos industriais que não cumpram parâmetros tecnicamente estabelecidos na legislação; 5 - Considerando que a empresa foi objeto de uma contraordenação grave por parte do IGAMAOT por não possuir licença ambiental; 6 - Considerando que a APA se encontra desde 2013 para emitir uma renovação da referida licença ambiental; 7 - Considerando que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere celebrou com a empresa COMAVE uma adenda ao contrato do fornecimento de água de 16/02/1998, obrigando a prestação do serviço público de saneamento de

águas residuais, para o local e nos termos abaixo indicados nas condições definidas no Regulamento dos Serviços de Águas e Saneamento de Águas Residuais no Município de Ferreira do Zêzere, que foi publicado na 2ª Série do Diário da República em 03/07/2014 (Aviso nº 7700/2014) com entrada em vigor em 18/07/2014; 8 - Considerando que a empresa COMAVE não cumpre o estabelecido no artigo 81º desse Regulamento que estipula no seu número 1: Os utilizadores que procedam a descargas de águas residuais industriais no sistema público devem respeitar os parâmetros de descarga definidos na legislação em vigor e os valores limites de emissão (VLE) referidos no Anexo VI; 9 - Considerando que as análises efetuadas, às águas residuais no coletor de drenagem da COMAVE, apresentam valores de VLE reiterada e largamente ultrapassados, tendo em conta o limite estabelecido no referido Regulamento.” Após a leitura na íntegra do respetivo ofício e sendo a Assembleia Municipal um órgão deliberativo por natureza, descrito na Lei nº 75/2013, doze de setembro, na sua atual redação, e no próprio Regimento da Assembleia Municipal, referiu que foi enviada à Câmara Municipal uma deliberação que dizia e passou a ler na íntegra: “ Certifica-se para os devidos efeitos que na terceira sessão ordinária pública deste órgão autárquico, realizada no dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, na Associação Recreativa e Cultural de Matos e Barbatos, no lugar de Matos, foi apreciado e votado, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, uma recomendação mandatando a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere para instrução de processo legal contra a empresa Comave, relativo à rede de saneamento do Município de Ferreira do Zêzere. Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, o seguinte: Aprovar o pedido de instrução de processo legal contra a empresa Comave, relativo à rede de saneamento do Município de Ferreira do Zêzere, mandatando a Câmara Municipal de Ferreira do

*Zêzere para o efeito.” Disse que foi uma posição confirmada com anuência prévia que da qual se promoveu a deliberação. Continuou dizendo que foi dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um comunicado do PSD/CDS do Grupo Parlamentar Municipal em que dizia o seguinte, e que passou a ler na íntegra: “O Grupo de Deputados na Assembleia Municipal em representação do PSD/CDS aprovou, na última assembleia municipal, uma RECOMENDAÇÃO para a Câmara Municipal agilizar os procedimentos tidos por convenientes para a resolução dos maus cheiros que tanto têm prejudicado a população do nosso concelho. CONTUDO por lapso, ou incúria, a dita recomendação foi transformada numa DELIBERAÇÃO pelo Presidente da Assembleia Municipal e assim apresentada à Câmara e membros da assembleia. Ora a dita deliberação, que nunca o poderia ser, viria enfermada por duas nulidades, formal e orgânica. A primeira porque não podia revestir aquela forma já que foi votada no período “antes da ordem do dia” e não estava agendada em ordem de trabalhos, e a segunda por a assembleia municipal não tinha competência na matéria específica que a mesma visava, apresentando argumentação de facto e de direito. ASSIM, este grupo de deputados do PSD/CDS vem demarcar-se desta suposta “recomendação”, e dos efeitos que venha a produzir, ficando a aguardar o andamento de diligências e prazos já estabelecidos na “ASSEMBLEIA TEMÁTICA”, respeitando os direitos criados aos intervenientes de resolverem os prejuízos causados à população. ENTENDA-SE QUE, o PSD/CDS tem a exata noção da importância e urgência da resolução destes problemas dos maus cheiros que afetam a população em geral, mas pretende que os problemas sejam resolvidos num quadro de respeito pelas negociações e acordos que são estabelecidos de boa-fé entre particulares e entidades públicas”. Perante o documento que acabara de ler, viu-se no direito de efetuar uma questão, na qual os*

20	193
Livro	Folhas

Deputados Municipais tinham todo o direito de responder e que era uma pergunta só: o que aconteceu entre o dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois e o dia doze de agosto de dois mil e vinte e dois, em que surgiu o documento atrás referido. -----

O Senhor Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra, referiu que foi evidente que se passou alguma coisa, dizendo que sabia o que se tinha passado. Informou que tinha falado com o Senhor Presidente da Assembleia pessoalmente e explicou-lhe o que se tinha passado, não querendo tornar este assunto mais público do que deveria, pois percebeu que teria sido ou um engano, ou uma maneira airosa de jogar com as palavras. Disse que não houve uma deliberação em Assembleia, houve sim uma deliberação de recomendação à Câmara Municipal para que a Câmara agilizasse e a promovesse. Referiu que o Senhor Presidente é uma pessoa muito ativa, com muita dinâmica, mas por vezes não se pode ultrapassar determinados procedimentos. Disse que não reconhece ao Presidente da Assembleia o protagonismo que anda a ter, ou que pretende ter na matéria em questão, reconhece sim à Câmara Municipal, sendo a sua opinião pessoal, e sendo muito solidário com as intenções do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas que convém ter às vezes um bocadinho de calma, para não atropelar o sentido das palavras e das decisões que as pessoas tomam, sendo a informação que lhe transmitiu telefonicamente, terminando assim a sua intervenção à questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tem na sua posse uma moção apresentada pelo líder parlamentar da bancada do PS, o Senhor Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva no uso da palavra passou a ler na íntegra:

*“MOÇÃO – O grupo de Deputados Municipal do Partido Socialista, evoca o artigo*

53º do Regimento e apresenta uma moção, que na seguir especifica:

**INTRODUÇÃO:** a) Considerando a importância para os ferreirenses das questões levantadas na última Assembleia Municipal acerca da situação decorrente da atividade da Comave; b) Considerando as provas apresentadas de violação do Regulamento dos Serviços de Águas Residuais do Município de Ferreira do Zêzere; c) Considerando que não é possível, estar simultaneamente ao lado do incumpridor e das vítimas desse incumprimento. **FUNDAMENTO DA MOÇÃO:** 1 – Considerando que a empresa COMAVE, labora com 2 digestores na sua UTS, e não com 1, como apresentado na sua licença de exploração ambiental; 2 – Considerando que os referidos digestores da sua UTS, utilizam o mesmo sistema de drenagem quer para a atmosfera, quer para o sistema coletor de águas residuais; 3 – Considerando que nestes anos de atividade laboral, a empresa introduziu efetivas alterações nas suas instalações, particularmente no que diz respeito à drenagem das águas residuais industriais, colidindo com o teor da sua licença ambiental; 4 – Considerando que a ETAR dos Outeiros, não se encontra preparada para receber resíduos industriais que não cumpram os parâmetros tecnicamente estabelecidos na legislação; 5 – Considerando que a empresa foi objeto de uma contraordenação grave por parte da IGAMAOT por não possuir licença ambiental; 6 – Considerando que a APA se encontra desde 2013 para emitir uma renovação da licença ambiental; 7 – Considerando que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere celebrou com a empresa COMAVE uma adenda ao contrato do fornecimento de água de 16/02/1998, obrigando à prestação do serviço público de saneamento de águas residuais, nas condições definidas no Regulamento de Águas Residuais no Município de Ferreira do Zêzere, que foi publicado na 2ª série do Diário da República em 03/07/2014 (aviso nº 7700/2014) com a entrada em vigor em

18/07/2014; 8 – Considerando que a empresa COMAVE não cumpre o estabelecido no artigo 81º desse Regulamento que estipula no seu número 1: Os utilizadores que procedam a descargas de águas residuais industriais no sistema público devem respeitar os parâmetros de descarga definidos na legislação em vigor e os valores limites de emissão (VLE) referidos no anexo VI. 9 – Considerando que as análises efetuadas às águas residuais no coletor de drenagem da COMAVE, apresentam valores de VLE reiterada e largamente ultrapassados, tendo em conta o limite estabelecido no referido Regulamento. **MOÇÃO.** O Grupo de Deputados Municipal do Partido Socialista, apresenta à Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, reunida a 30.09.2022 em sessão ordinária, mandar o Executivo Municipal, para instruir processo legal contra a empresa COMAVE, no sentido de impedir a renovação da sua licença ambiental, por não cumprimento do Artigo 81º, nº 1 do Regulamento dos Serviços de Águas Residuais do Município de Ferreira do Zêzere, e bloquear o seu acesso à rede coletora de saneamento”, ao que terminou assim a sua intervenção. -----

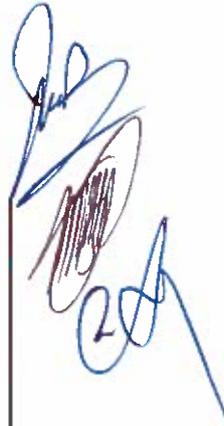
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, começou por dizer que de acordo com o artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal, a Moção foi aceite, passando imediatamente à sua votação. Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quinze votos a favor do Partido Socialista, zero abstenções e sete votos contra do PPD/PSD.CDS-PP, aprovar a Moção apresentada sob proposta do Grupo de Deputados Municipal do Partido Socialista, nos termos anteriormente mencionados, evocando o artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. Continuou dizendo e que pretendia deixar claro e passo a citar: “*Por força das circunstâncias vejo-me obrigado a tecer alguns comentários acerca daquilo que*

*classifico como um lamentável incidente, e não mais do que isso. Mas antes, queria referir o seguinte: 1 – Depois de ter tomado posse deste cargo, questionei-me sobre como seria a melhor forma e a mais imparcial e isenta de dirigir os trabalhos da Assembleia Municipal, que foi uma dívida que lhe assaltou. E fui ver alguns vídeos gravados durante o mandato da anterior assembleia. E da sua visão aprendi como não queria seguramente dirigir os trabalhos. A valorização do papel da oposição, e o respeito pelo público, passaram a ser um contraste patente para todos os ferreirenses, apesar desta Assembleia Municipal ter uma maioria de 2/3, nunca nenhum assunto mais sensível e de maior importância deixou de ser tratado com os líderes de bancada, e nalgumas situações com maior responsabilidade, inclusivamente partilhados com o elemento eleito na lista PSD/CDS, pertencente a este último partido”, dizendo ser esta a verdade dos factos. No entanto e daqui para a frente com a minha maior frontalidade continuarei a tratar as coisas da mesma maneira. Por outro lado e falando a situação do protagonismo de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal querer fazer as coisas disse que o que o moveu para ir para aquele lugar foi lutar pelos interesses dos ferreirenses, e que só admitiria a queixa do Senhor Deputado Municipal se nunca tivesse dado conta à Assembleia dos locais onde esteve e daquilo que se discutiu. Referiu que em todos os sítios e desde o primeiro dia, assim agiu dando conta à Assembleia. Continuou a passo a citar: “Devo reconhecer publicamente a forma como fomos todos capazes de construir um relacionamento democrático, e de respeito mútuo, marcado pela frontalidade. Não será da minha parte que este caminho se alterará. 2 – Destaco também o facto de que em vinte e dois membros desta AM, quinze serem independentes, embora eleitos por listas com apoio partidário. Esta situação torna esta Assembleia Municipal mais responsável, pois embora possam existir*

*divergências em questões de natureza política, a “partidarite” tem obrigação forçosamente de ser substituída pela defesa independente e solidária dos interesses dos ferreirenses. 3 – Não posso deixar de referir o comunicado recebido”, referindo-se depois ao que o Regimento prevê em relação ao comunicado. Continuou e passo a citar: “O grupo de deputados na Assembleia Municipal em representação do PSD/CDS aprovou, como todos constatámos, uma recomendação para a Câmara Municipal agilizar os procedimentos tidos por convenientes para a resolução dos maus cheiros que tanto têm prejudicado a população do nosso concelho”. Disse que de acordo com a ata e de acordo com a Assembleia Municipal em que todos estiveram presentes a questão dos maus cheiros nunca foi a questão que esteve em causa, mas aquilo que se aprovou na resolução foi o problema das descargas e dos resíduos industriais para a rede coletora, e em que nada teve a ver com os maus cheiros. Continuou e passo a citar: “O nosso Regimento afirma no seu artigo 35º referindo-se ao Período Antes da Ordem do Dia na sua alínea d) votação de recomendações, pareceres ou moções que sejam apresentadas por qualquer membro ou solicitados pela Câmara Municipal. Já na alínea e) refere o tratamento pelos deputados de assuntos de interesse local. A apresentação feita e a recomendação têm aqui total cobertura legal. Que foi feita no Período Antes da Ordem do Dia e como uma recomendação. Salto uma parte a que voltarei mais tarde. Referem depois, que uma deliberação tinha duas nulidades formal e orgânica. Formal porque foi votada no período antes da Ordem do Dia e não estava agendada na ordem de trabalhos. Acrescento que o comunicado refere explicitamente que foi votada. Claro que o período antes da ordem do dia é para assuntos não agendados e como referi previstos no artigo trigésimo quinto do Regimento que todos aprovaram. Se tivessem consultado o Regimento também*

veriam que o diz o artigo quinquagésimo oitavo, em que diz na alínea a), as propostas e recomendações visam apresentar matérias de deliberação da Assembleia Municipal". Esta dúvida, que o Senhor Deputado Municipal teve, o Presidente da Assembleia Municipal, também a teve, pelo que passo a citar "fui consultar os sites de algumas Assembleias Municipais, com maior movimento que a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, dando exemplo da Assembleia Municipal do Porto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a Assembleia Municipal de Aveiro, a Assembleia Municipal de Coimbra, a Assembleia Municipal de Lisboa, e que iriam verificar que é precisamente o que acontece quando uma recomendação é votada como esta foi o que vem admitido no vosso próprio comunicado. Dessa votação da recomendação resulta uma deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo quinquagésimo oitavo. E o artigo décimo oitavo refere nas Competência da Mesa, que compete assegurar a redação final das deliberações, o que foi feito. Já no que diz respeito a um problema de natureza orgânica, porque a Assembleia Municipal não tinha competência na matéria específica que a mesma visava. O artigo trigésimo das competências da Assembleia Municipal, afirma, na alínea j), tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse do município, na alínea k) diz pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município. Sendo a Assembleia Municipal como um todo, é o órgão mais representativo do Concelho, todos os assuntos que dizem respeito ao município fazem parte das suas competências, decorrente do próprio Regimento e da Lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro. Acresce ainda que o regimento estipula: No seu artigo quadragésimo nono – Invocação do regimento e interpelação da mesa, diz no ponto um: Qualquer membro da

*Assembleia Municipal pode pedir a palavra para invocar o regimento para revindicar o motivo por que o faz. No artigo quinquagésimo, no Requerimento, são considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou sobre o funcionamento da sessão. Quero com isto que fique claro, que durante a Assembleia Municipal, e particularmente ao Período de Antes da Ordem do Dia e o que nele aconteceu, os Senhores Deputados dispunham dessa oportunidade de se manifestarem contra o que acontecia, e de se oporem ao processo em causa e não o fizeram de acordo com o Regimento. Depois desmarcam-se dessa recomendação, que explicitamente reconhecem ter votado, o que é um direito que lhes assiste e dos efeitos que venha a produzir, ficando a aguardar o andamento de diligências e prazos já estabelecidos na Assembleia Temática, respeitando os direitos criados aos intervenientes de resolverem os prejuízos causados à população. A referida Assembleia Temática não foi uma Assembleia de carácter deliberativo, mas sim uma Assembleia informativa, e nem sequer a ata dessa Assembleia foi feita, e não foi votado, nem foi deliberado uma única recomendação ou Moção que assegure qualquer direito criado aos intervenientes, sejam eles quais forem. Não foi estabelecido nenhum acordo, como manifestação coletiva da Assembleia Municipal. Nenhum dos intervenientes durante a Assembleia, quer as partes convidadas, quer as estruturas orgânicas ou mesmo elementos pertencentes aos órgãos de soberania ou qualquer outra situação, usufrui dos direitos e deveres que têm os membros da Assembleia. Quem os tem são os membros da Assembleia. Concluo com uma pergunta: durante os últimos dezasseis anos em que foram a força partidária maioritária, e não diz que são os independentes, quantas reuniões foram patrocinadas pelos órgãos de soberania sobre a vossa tutela, de quantas reuniões*



*teve conhecimento a Assembleia Municipal". Posto isto o Senhor Presidente da Assembleia evocou o artigo quinquagésimo nono artigo em defesa da sua honra, que passo a citar: "O comunicado emitido pelo PSD/CDS, citando o seu grupo de deputados municipais, acusa-me de incúria e de transformar uma recomendação em deliberação, o que na prática se traduz numa acusação de ter cometido uma ilegalidade. Os termos utilizados são lamentáveis. Quando se utiliza este tipo de linguagem, sendo fácil correr a adjetivos, e queria deixar duas situações em relação aos adjetivos a que recorreram. Que linguagem se utilizaria quando mesmo sabendo do não cumprimento do artigo octogésimo primeiro do Regulamento que foi aprovado e está em vigor nos serviços camarários que concederam acesso às descargas industriais residuais. Em março de dois mil e dezanove, mudou a Lei de enquadramento do Conselho Municipal de Segurança, e a antiga Assembleia Municipal, durante estes dois anos não promoveu a sua implantação. Relembro, que quando chamei a atenção para estes dois assuntos, referidos anteriormente, não utilizei qualquer tipo de linguagem depreciativa ou ofensiva, como aquela que foi utilizada no comunicado diretamente referindo à minha pessoa. Concluo desde já assegurando que se podem desenganar aqueles que recorrendo a estas atitudes, pensam que podem intimidar ou condicionar a minha atuação em defesa dos interesses dos ferreirenses, a quem tranquilizo renovando esse meu compromisso. A ética é indispensável à política, como todos sabemos, e a política só se entende se é feita com ética, sendo este o meu entendimento e também o do Senhor Deputado José Manuel Gomes Duarte. Vamos respeitar a ética na nossa ação política", terminando assim a sua Defesa de Honra. -----*

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, relativo às intempéries de dois mil e dezanove,

20	197
Livro	Folhas

disse que existem uma série de obras que não foram executadas, querendo saber como estão esses projetos, esses concursos, qual o financiamento, sendo que na altura o valor rondava os cinquenta mil euros, e que como têm tido dinheiro para tanta coisa, mas para esta situação em concreto, de pequenas obras está a tardar. Falou ainda relativamente a pavimentações, referindo que estão a vir as primeiras chuvas, preocupando-o bastante, a zona de Águas Belas que está um bocado deplorável em frente à Igreja e na zona Centro do Chão da Serra, também com as intervenções da Tejo Ambiente, está o piso a ficar degradado. Continuou e agora falando na Higiene Urbana, têm tido uma série de queixas como o Senhor Deputado Municipal Carlos Salgado mencionou, via redes sociais, bem como o Senhor Presidente da Junta de Ferreira do Zêzere, relativo a lixo fora dos contentores e que tem havido alguma falta de civismo, e que na sua opinião, seria de agilizar melhor entre os serviços como se pode fazer essa limpeza, acima de tudo sensibilizar a população, dizendo que se têm de arranjar uma forma de sensibilizar toda a população para que essas situações não continuem, sendo uma situação que já vem de trás, referindo que têm de lutar contra ela como estão a lutar contra os cheiros, contra ligações mal feitas, com algum peso e alguma medida. Relativo ao Turismo, referiu que o Senhor Presidente da Câmara numa entrevista que deu, mencionou que seria necessário investimento privado para o Turismo, perguntando-lhe que necessidade é que evidenciou e que encontrou para dizer que será necessário investimento privado, quem contactou e qual é a linha aberta que existe para os investidores, referindo que eles existem em Ferreira do Zêzere, e que provavelmente os presentes conhecem os que estão ligados à área do Turismo, não sabendo porque é que de repente seja necessário esse investimento privado, quando existe a necessidade da A.P.A., arranjar soluções que se enquadrem, principalmente naquilo

que são os acessos à barragem quer a veículos quer a pessoas, sendo deplorável ter uma piscina com escadas, e com margem de terra batida, e que tanto se fala em acessibilidades, e que todos somos iguais, dando exemplo do Senhor Deputado Municipal Tiago Antunes, se quiser ir à piscina não consegue, pois entende-se que existem algumas barreiras difíceis de ultrapassar, dizendo que tem que se lutar por algumas coisas, dando o exemplo de corrimão, para que os mais idosos também consigam efetuar essas passagens em segurança. Referiu que têm visto e assistido algumas situações privadas e até mais de acesso não deixando de ser na margem da Albufeira da Barragem do Castelo do Bode, em que os acessos são toleráveis, dizendo que se pretende desenvolvimento e se quer que se aposte no turismo com investimento terá de se criar condições e soluções que não prejudiquem o ambiente e beneficie o desenvolvimento, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, começando por deixar um abraço forte e a sua solidariedade à Senhora Vereadora, devido ao falecimento do seu sogro, que fez questão em estar presente na Sessão da Assembleia Municipal, cumprindo com a sua responsabilidade. Deu conta de que a equipa de Futsal estava a jogar na primeira divisão pela primeira vez, sendo algo histórico, caminho que foi feito sempre em ascensão, querendo ressaltar e enaltecer esse momento. Referiu que no sábado passado, comemorou-se os oitocentos anos do foral onde se teve oitocentos minutos de atividades tanto a nível cultural e desportivo, deixando o seu agradecimento, a todos que proporcionaram aquele dia, que foi de facto importante, sendo que também tiveram nesse dia a assinatura de um protocolo com a família Keil, para que se pudesse ter em Ferreira do Zêzere o espólio de Alfredo Keil. Referiu também que se fez a apresentação de um excelente livro dedicado a Pedro Ferreiro apresentado

pela Fundação Maria Dias Ferreira em colaboração com o Município. Disse ainda que cada vez tem mais força e por mais que o critiquem só lhe dão mais força, referindo às pessoas que por tudo e mais alguma coisa criticam, disse que será altura de pensarem por que razão ao longo destes anos todos, não trabalharam com nenhum executivo, independentemente das forças partidárias. Continuou e respondendo às questões que foram colocadas, e esclarecendo o Presidente da Junta de Freguesia do Bêco, o Senhor José Craveiro, relativo ao PDM, referiu que o executivo tem tido uma articulação muito grande com as várias entidades, e que faltava enviar um conjunto de informação para a APA e que fez com que os técnicos do Município tivessem que disponibilizar algum tempo, derivado a APA pedir tudo o que era licenciamento das zonas ribeirinhas, em que se teve de fazer essa identificação toda mas que já foi enviada. Ligou na sexta-feira passada dando conta que já se tinha enviado as informações solicitadas, voltando no dia de hoje a questionar o ponto de situação da mesma, o que segundo resposta, já têm os técnicos a fazerem a devida análise e que estaria para breve. Era uma informação que aquando da última reunião entre entidades, não tinha sido pedida, dizendo que o executivo gostaria que esse assunto já estivesse em discussão pública, mas que está bem encaminhada, tendo feito muita pressão nesse sentido. Relativo à delegação de competências, mencionou que têm uma reunião marcada para dia onze de outubro, sendo que ainda não foram contactados todos os presidentes de junta e que já houve alguma articulação para perceber qual a melhor data, pois alguns Presidentes de Junta ainda estão de férias. Referiu que as reuniões com os Presidentes de Junta é sempre na primeira segunda-feira de cada mês, sendo que agosto e setembro não aconteceu por força das férias, mas sendo para retomar essas reuniões, devido a terem que ser produtivas entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal,



procurando fazer o melhor. Deu conta de que todos os meses o executivo e algumas chefias vão às Juntas de Freguesia, o que começou já no Bêco, e que irá tirar-se sempre um dia por mês para ir a uma Junta de Freguesia para verificar o que não foi resolvido, o que está por resolver no terreno, entendendo que é assim que o executivo tem de agir. Concorde que a delegação de competências é algo urgente. Mencionou que durante este ano não conseguiram a delegação de competências devido a ser necessário proceder a uma negociação e que tal ter de ser enviado até trinta de junho as mesmas. Têm de perceber se se fazem contratos inter-administrativo ou se se irá efetuar algum tipo de apoio, tendo que se encontrar uma forma jurídica, sendo um compromisso e que vão discutir essa situação no dia onze de outubro, para que se encontre algo bom para ambas as partes e resolva melhor os vários problemas. Em relação à fibra ótica, referiu que continuam a falar com algumas entidades, continuando a ser feito algum investimento, onde deu conta que estão a fazer a cobertura na Bairrada, neste momento, tentou perceber o que se passou em Dornes, e a primeira informação que obteve foi de que iria ser colocada fibra, mas a Câmara Municipal teria que efetuar o pagamento de sete mil euros para que a mesma chegasse lá. Nesse sentido solicitaram um conjunto de informações às Juntas de Freguesia onde vão reencaminhar para as empresas insistindo para que haja investimento. Lembrou os presentes de como já tinha dito na última reunião o facto de haver num futuro próximo participação, financiamento para esse investimento está a fazer com que as empresas adiem esse investimento por parte dessas entidades, uma vez que vão ter apoio. Continuam a insistir para que se tenha soluções. Esclarecendo o Senhor Carlos Salgado em relação Casa de Música do Carril, disse que é evidente que se têm de salvaguardar as respetivas paredes, dando conta que existe projeto, está finalizado, mas à data não se conseguiu encontrar

financiamento. Estão numa altura de negociação de vários financiamentos dentro da Comunidade Intermunicipal, estando atentos aos programas que vão saindo a nível do PRR, sendo uma questão de oportunidade, sendo evidente que é uma obra que não se consegue fazer com capital próprio, atendendo que se está a falar de um investimento de um milhão de euros e não tendo esse valor disponível, existem outras prioridades. Concorda que tem que se salvar o que ainda resta da Casa do Carril, desde que seja possível. Relativo ao Cemitério novo ou usado, disse que já estiveram mais inclinados para fazer um novo cemitério, mas nesta altura estão mais inclinados para fazer o alargamento. Referiu que está muita coisa em causa, dizendo que não é chegar lá e deitar as paredes abaixo e comprar os terrenos que estão ao lado e está em causa o plano de alteração do Plano de Urbanização, está em causa o plano de mobilidade, tentando perceber o que é possível e se de facto faz sentido, reforçando que a melhoria do cemitério tem sempre que acontecer, dizendo que os muros têm de ser pintados, e que pode não ser necessária caso consigam alargar o cemitério mais cedo, sendo uma questão de timing's. Relativo às empresas em relação à publicidade falou-se em criar um regulamento, na restauração/hotelaria estão com um défice nessa área, dando conta que para finais de agosto e inícios de setembro do ano que vem já não haverá quartos achando impressionante. Informou que está planeado uma reunião com os agentes da restauração e hotelaria, dizendo que já tinham reunido aquando da elaboração do plano estratégico, tendo tido uma relação estreita, assumindo que a Câmara Municipal não pode e nem conseguem fazer o investimento, tentando perceber junto desses agentes até onde podem ir, quais as suas dificuldades para criar soluções, dando o exemplo da mão de obra, em que teve uma reunião com IEFP em Tomar, no sentido de agilizar, tendo aqui algumas soluções para Ferreira do Zêzere a nível de formação, a nível de apoio, para





que também com eles poder encontrar mais soluções. Referiu que no IIEFP existe um conjunto de ofertas formativas de muita qualidade que forma gente muito capaz, existem cursos com saídas a cem por cento, dizendo que há muito mais procura do que oferta, e que irão entretecer as relações com aquela entidade. Falando das isenções de esplanadas e toldos, começou por dizer que aconteceu no ano de dois mil e vinte e dois, dizendo que para o ano de dois mil e vinte e três terão de pensar se essa isenção será para continuar ou não. Relativo à publicidade nas estruturas metálicas municipais, tem de se fazer um regulamento, em que o executivo tem de pensar qual a melhor maneira de o implementar, uma vez que as infraestruturas existentes não chegarão para todas as empresas. Passando para outro assunto, e falando da passadeira junto ao WC público, diz que não está muito correta, dizendo que ela está lá pois haveria o intuito de comprar o quintal que o sucede, mas que irão na devida altura quando tiverem possibilidade, saber se se avançam para essa aquisição, se há essa possibilidade ou não, havendo resolve-se, não havendo terá que se mudar a passadeira, esclarecendo assim às questões colocadas pelo Deputado Municipal Carlos Salgado. Continuou e agora esclarecendo o Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva, que tem seguido com muita atenção a questão do transvaso de água e de alguns projetos que vão falando, o Tejo irá ter nos próximos meses um período de discussão grande de vários projetos e várias questões para armazenamento de água, dizendo que é uma das grandes vontades do atual governo. Tentou inteirar-se junto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, não existindo ainda nada de concreto. De seguida mencionou que ficou muito satisfeito devido a ser apresentado o projeto para o aeroporto de Santarém, que segundo o Senhor Presidente da Câmara era algo que vinha alavancar muito Ferreira do Zêzere, dizendo que quem fez a apresentação tem uma habitação em Ferreira do Zêzere.

Espera que se consiga provar que é a melhor solução, porque Ferreira do Zêzere, região do Médio Tejo e região centro do país tinha muito a ganhar, terminando assim os esclarecimentos ao Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva. Esclarecendo o Deputado Municipal Márcio Cabral, relativo à transferência de competências foi aquilo que falou anteriormente, em relação à Biocompost, mencionou que tiveram uma reunião a semana anterior, e o executivo está a tentar perceber o enquadramento que a empresa tem em relação a um novo investimento que pretendem efetuar, dizendo que a resposta que a empresa deu é que pretende retirar daquela zona aquela infraestrutura, ou pelo menos aquilo que faz com que aconteça os maus cheiros, e continuam a ter como possibilidade a questão da Chamusca. Deu conta de que o Gabinete de Planeamento Estratégico está a aguardar alguma informação em relação ao investimento e maquinaria para se perceber o enquadramento nos fundos comunitários, para que possam avançar com esse investimento. Continua com a sua maneira de ser que é o de diálogo, aguardando essa informação para que se trabalhe em conjunto, para que a empresa faça a alteração de local. Referiu que foi acompanhado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que os maus cheiros têm de deixar de acontecer. Disse que verificando as infraestruturas, rapidamente e com boa vontade conseguem mudá-las para outro local. Em relação à empresa Comave, S.A., disse que reuniu com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informando que nesse momento não está a laborar desde o dia vinte e quatro ou vinte e oito de agosto, em que a empresa diz que só deverá laborar se tiverem a certeza de que o investimento efetuado virá anular os maus cheiros. Referiu que nenhuma indústria tem impacto zero, mas a empresa só deverá fazer o investimento se o impacto for próximo de zero, dizendo que estão a efetuar uma avaliação técnica para verificar o impacto. Neste momento

existe apenas uma passagem de trasfega de produtos que irão ser levados para Espanha. Referente à empreitada dos muros mencionou que era para ter efetivamente acontecido, dizendo que não aconteceu por terem existido um ou dois problemas na obra da Fonte de Ferreira, relativamente a alguns muros que impediam o normal desenrolar da obra, nomeadamente os calcetamentos, sendo que teve que se adiar uns dias, estando previsto para a semana seguinte ou na outra no máximo. Deu conta que o executivo sabe que têm casos com gravidade, tendo de ser resolvidos rapidamente. Falando na Tejo Ambiente, lembrou os presentes que foi aprovado um Estudo Económico de Viabilidade Financeira que continha um caminho para a estratégia da Tejo Ambiente. Esse estudo foi feito em consonância e em negociação com a ERSAR, entidade que regula as águas e o saneamento, referindo que dessa discussão foi dito que treze mil fossas teriam que ter tratamento de lamas, de dois mil e vinte e três e até dois mil e vinte e cinco, vinte e oito mil teriam que avançar também. Essa estratégia que é refletida nesse estudo foi a de cobrar o valor a quem tenha saneamento e a quem não tenha, mas tenha acesso a saneamento móvel, sendo que a Tejo Ambiente é que tem a previsão de ter investimento para esses Municípios, tentou ser mais claro explicando que está a ser cobrado a quem tenha saneamento e a quem não tenha acesso móvel. Todos os municípios que nesta altura não tenham saneamento têm acesso às descargas móveis, mas que no futuro a previsão, e havendo financiamento, é que irá haver investimento de saneamento para essas pessoas, sendo uma decisão tomada pela Tejo Ambiente que está referida no Estudo de Viabilidade Económica Financeira e que até dois mil e vinte e cinco irá ter-se a totalidade das casas com essa cobertura por uma questão ambiental e também por um conjunto de rácios que são obrigatórios em que a Tejo Ambiente tem de cumpri-los. Referiu que se é bem feito, e há equilíbrio, se o valor é

21	001
Livro	Folhas

desajustado é discutível, pois todos queriam pagar o menos possível, todos sabem que existe um caminho a percorrer, compreendendo perfeitamente a população, sendo um assunto que não é fácil, havendo um conjunto de exigências que têm de ser cumpridas por parte da ERSAR e da União Europeia. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Jorge Castro, em relação à Comave, S.A., já tinha esclarecido anteriormente. Passou de seguida para esclarecer o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, em relação às obras que resultaram das intempéries de dois mil e dezanove, dizendo que falta sair o caderno de encargos para se avançar com as obras, informando que o Gabinete de Planeamento Estratégico já elaborou um ponto de situação em relação ao financiamento tendo feito muita pressão juntos dos serviços para que avancem rapidamente com o procedimento para se adjudicar a obra o mais rapidamente possível, dizendo que sendo feito uma reorganização dos serviços do município e havendo situações que quer avançar e com decisões que irá tomar brevemente, e que têm que ver com procedimentos, nomeadamente os cadernos de encargos para os ter no exterior para rapidamente adjudicar obras uma vez que estão Fundos Comunitários em jogo e caso não se acelere não se têm acesso a eles, dando conta que executá-los nesta altura é muito importante, e que nas próximas semanas irá tomar uma decisão forte relativo a este assunto. Passando agora á pavimentação da Estrada Nacional 238, mencionou que vai haver saneamento entre Besteiras e chegando quase à Igreja de Águas Belas que vai obrigar a criação de uma vala, dizendo que tudo que seja alcatroamento além das valas feito pela Tejo Ambiente quem tem de assumir são os Municípios, querendo dizer que se quiserem o pavimento entre Besteiras e Águas Belas na totalidade, ou se consegue dar uma volta às Infraestruturas de Portugal, estando a trabalhar para isso ou terá que se pagar no mínimo cento e vinte mil euros, para se conseguir alcatroar



aquela via, achando que só alcatroar a vala aberta não será solução, pois existe um grande problema com aquela estrada e se não for alcatroada ficará pior. Irá haver uma requalificação naquela estrada, não sabendo até quando bem como a dimensão. O que sabem é que assim que a obra estiver feita vai calhar ao Município, mesmo tendo todas as dificuldades para financiar no mínimo cento e vinte mil euros aquele troço de estrada, e tendo em conta o tráfego pesado, não têm outra solução senão fazer. Falando agora do Chão da Serra, deu conta que quer muito e estando numa fase inicial da preparação do orçamento, gostaria de ter verba para poder melhorar aquela estrada, mas como referiu o antigo executivo também, ela terá de passar a uma rua do centro da vila com uma velocidade menor, gostando de avançar com um projeto nesse sentido, tentando arranjar verba para essa obra, pois é uma das vias mais importante no acesso à Vila. -----

Pegando no assunto da Higiene Urbana, informou que envia todas as semanas email's, ofícios, telefonemas, mensagens, no sentido de haver uma recolha de tudo o que é resíduos mais rápida e mais acertada, sendo um problema que não acontece só neste Município, mas também acontecendo noutros Municípios, e também alguns problemas que a Resitejo e a Tejo Ambiente tem a nível de pessoal, mas o maior problema são as pessoas, não pondo isso em causa, tendo de avançar para uma ação de sensibilização, dizendo que a maior parte dos problemas que se veem é por falta de bom senso, e sendo um Concelho virado para o Turismo e com um Turismo de Excelência, há um conjunto de melhorias que quer que aconteça, para que não aconteça de todo esta situação. Em relação ao Investimento Privado no Turismo, informou que já teve várias reuniões com os vários operadores turísticos, com os agentes da restauração, do alojamento, bem como na discussão do plano estratégico, dizendo que já fez algumas viagens com alguns operadores turísticos para tentar

perceber o que está a acontecer nas margens do rio, no Concelho e fora do Concelho, sendo um assunto que tem presente e que é sua intenção melhorar, dando conta que para o ano de dois mil e vinte e três, irá haver um conjunto de investimento no Lago Azul, onde se vai ter o Campeonato do Mundo do Wakeboard, e não sendo só por isso, não concordando que quando se tem acesso à piscina, ao cais, não faz sentido nenhum, dizendo que já foram quem tiveram melhores condições e que de momento arrisca dizer que são aqueles que menos condições têm no acesso ao rio, afirmando que esse trabalho irá ser feito. Falou na relação com APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sendo estreita, mas dizendo novamente que têm de ter melhores acessos, e como o Ordenamento da Barragem do Castelo do Bode está em revisão, e dando conta que na última Assembleia Municipal referiu que está previsto mais dois centros de recreio com os devidos acessos, sendo que têm a possibilidade segundo foi informado de todas as estradas que ficaram submersas possam dar acesso às embarcações. Reforçou que quer muito que venha para discussão pública o Plano de Ordenamento da Barragem do Castelo do Bode e que foi dito que em março de dois mil e vinte e três tal iria acontecer. Paralelamente a essa situação informou que já enviaram um pedido à APA para dois ou três locais para que os bombeiros possam ter acesso digno para poder efetuar o abastecimento de água que necessitem para o combate a incêndios. Em relação ao investimento privado como disse anteriormente, irá reunir em outubro com os vários agentes, onde irão apresentar o calendário cultural e desportivo do Município para o ano de dois mil e vinte e três, onde irão questionar se há ou não vontade de fazer investimento, realçando que por não terem alojamento e restauração suficiente, quem ganha são os Concelhos vizinhos, dizendo que têm preços onde se fica impressionado, tendo que encontrar soluções de qualidade, dando um exemplo específico, querendo fazer um almoço para cinquenta

peçoas para um prazo de quinze dias, dizendo que só teve um restaurante que dava essa possibilidade, que teria que fechar para fazer esse almoço para as cinquenta peçoas. Esta situação segundo o Senhor Presidente da Câmara não é normal, e têm de encontrar soluções, tentando perceber o que o Município possa fazer para se conseguir colmatar essas falhas. Referiu que não faz muito sentido andar a investir em imagem cultural, num conjunto de apoio aos empresários, na criação de um regulamento de apoio de fixação de empresários, a ter um Gabinete de Planeamento Estratégico, reunir com o IEFP, para se encontrar soluções, quando depois o reflexo que isso tem é nulo e quando não tem capacidade de resposta para a procura que se tem, daí que em conjunto com os empresários encontrar soluções. Deu conta e no seguimento que o Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte tinha referido, informou que já fez muito trabalho e que não é visível, dizendo que estão obras a acontecer, organizaram os serviços camarários, sendo a própria Assembleia Municipal prova disso, existindo muita coisa que está feita para se poder preparar o futuro, capacitar a Câmara, encontrando mais soluções. Os resultados podem não aparecer, não conseguindo resolver problemas que demoraram muito tempo a ser resolvidos, dizendo que não os conseguiram resolver num ano, não criticando quem os não resolveu, dizendo que houve muita situação que não deu para ser resolvida por força das circunstâncias, pedindo que não exijam agora ao Município e ao atual executivo resolver num ano o que não foi resolvido nos anos todos atrás. Disse que o executivo e a Câmara trabalham muito, acreditando muito no trabalho. Em relação à ETAR de Areias, informou que na última reunião do Conselho de Administração foi iniciado o procedimento para avançar com requalificação da ETAR, sendo uma questão de tempo, tendo feito pressão nesse sentido. O Deputado Municipal, o Senhor Filipe Figueiredo solicitando o uso da palavra, sugeriu um regulamento de

obras, de espaço público, e conservação no Concelho do Município, para salvaguardar a reposição dos pavimentos e/ou outros, feitos pelas entidades externas quando fazem intervenções, nomeadamente a E-Redes, a Tejo Ambiente, entre outras. O Senhor Presidente da Câmara concordou com o que o Senhor Deputado Municipal mencionou, dando conta que estão a rever um conjunto de regulamentos e construir outros, sendo um deles esse, dando conta que fizeram um procedimento para consolidar um conjunto de regulamentos e realizar outros, não concordando que na Estrada Nacional ter de ser o Município a ter que assumir a colocação do betuminoso, discordando totalmente dessa situação, mencionando que foi algo discutido no anterior mandato, e mesmo nas estradas que pertencem ao Município também não deveria acontecer, pois o facto de abrirem valas e mesmo que o trabalho seja bem feito, terá sempre problemas, e que esse regulamento será necessário. Seguidamente informou que iria ter a apresentação da Imagem de Ferreira do Zêzere, como já tinha mencionado na última Assembleia, e no seguimento do pedido do Deputado Municipal, o Senhor José Manuel Duarte. Não deixando de ressaltar que é sempre importante estar presente em todas as atividades do Município, apelando aos presentes para procurarem estar nas várias atividades desenvolvidas pelo Município. Passando o uso da palavra à responsável pela criação da nova imagem gráfica do Município de Ferreira do Zêzere, a Senhora Sylvie Lopes, passou a explicar o desenvolvimento da respetiva imagem/logotipo/marca, em PowerPoint com projeção para que todos pudessem ir acompanhando o processo, onde no final passou um vídeo promocional de Ferreira do Zêzere, onde passou a descrever na íntegra a mensagem descrita durante o vídeo: *“A fugir do Ribatejo, a dois passinhos da Beira, toda envolvida em desejo, nasceste tu, ó Ferreira. Bem-vindo foi o desejo que te fez apaixonar, envolvendo o teu gostar numa paixão verdadeira, pró sonho*

*poder falar, nasceste tu, ó Ferreira. Sentido de harmonia de família e bem-estar, sentido de visão, de inovação e união, sentido de natureza e sentido de pertença. Ferreira do Zêzere, terra de sentidos* “. A Senhora Sylvie Lopes disponibilizou-se para algum tipo de esclarecimento que quisessem vir a ser esclarecidos, terminando assim a sua intervenção com a respetiva apresentação da criação da nova imagem gráfica do Município de Ferreira do Zêzere. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por agradecer à Senhora Sylvie Lopes pelo trabalho desenvolvido, e muito rapidamente, fez um ponto de situação de um conjunto de coisas que estão a ser feitas que têm trabalho, mas não têm visibilidade. Falando no PDM, aguardam feedback da Agência Portuguesa do Ambiente quanto à informação que solicitaram, e a expectativa de pós informação da entidade, passar esse instrumento para discussão pública. Em relação à Estrada Nacional 238, foi pedida reunião com as Infraestruturas de Portugal e com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, em conjunto com a Câmara Municipal da Sertã. Foi enviado um ofício a dezanove de julho de dois mil e vinte e um pela Infraestruturas de Portugal à Câmara Municipal a solicitar informações relevantes acerca da requalificação, que teve a simples resposta da Câmara Municipal que o traçado não era no nosso Concelho, no entanto sendo a requalificação do lado da Sertã, teria sido de bom tom exigir que a Requalificação fosse maior, exigir reunir com as Infraestruturas de Portugal, para que o seu desfecho seja melhor. Deu conta aos presentes que têm dado algum trabalho ao Município, bem como aos serviços técnicos, referente ao registo das Finanças e Conservatória do Edifício de Serviços, do Edifício das Piscinas Municipal, do Edifício da Biblioteca Municipal, e que enquanto isso não acontecer não conseguem receber alguns fundos comunitários relativamente a uma intervenção de eficiência energética e outros procedimentos



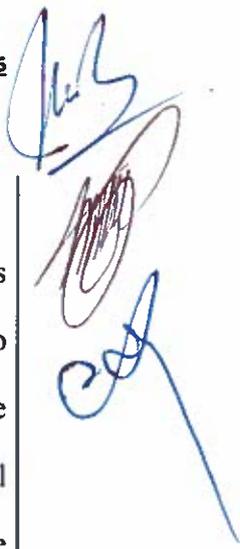
21	004
Livro	Folhas

necessários como as cerca de trinta Escolas antigas, verificando se está tudo registado, terrenos e outros, existindo um conjunto de coisas que têm que fazer para poderem avançar com algum programa para requalificar algumas, outras para vender, tudo tendo o seu trabalho exigindo dos técnicos a ocupação do seu tempo com este serviço, situações que pretendem regularizar, sendo que se o exigem à população o próprio Município tem também de dar o exemplo. Referente aos regulamentos, a Câmara Municipal está a atualizar e a consolidar a totalidade deles, tendo sido feito um procedimento com um dos melhores escritórios de advogados do país, no sentido de serem mais rápidos, bem como criar alguns pontos de ligação para projetos futuros, dando conta que hoje em dia a assessoria jurídica é muito importante, lembrando que a Câmara tem dois juristas, têm um procedimento com um gabinete de advogados, mas que sentiram a necessidade de acelerar, derivado a estarem a falar de regulamentos que são de extrema importância, como por exemplo, o regulamento de apoio à fixação de empresas, regulamento do Provedor do Município, o Regulamento de Medalhas de Mérito, o Regulamento Social dos Bombeiros, o Regulamento de Apoio Editorial, o Regulamento de Bolsas Desportivas, o Regulamento de Cedência de Transportes, o Regulamento de Cedência do Pavilhão, o Regulamento de Apoio à Creche, dizendo que são dezenas de Regulamentos que têm de acelerar derivado a já ter passado um ano, não tendo capacidade técnica para fazer as coisas tão rápidas. Referente às obras em execução deu conta que têm duas obras em curso, mencionando que todos os presentes sabem as dificuldades que as empresas têm em relação aos custos do material, da mão de obra, dos combustíveis, das obras mencionadas uma delas já vai com mais de cinquenta por cento de execução, a outra com uma maturidade mais curta, falando já de um acréscimo de cento e cinquenta e oito mil euros entre trabalhos



complementares e revisão de preços ao dia de hoje, dizendo que quando for a finalização da obra verão o acréscimo de custos que irá ter o Município numa altura em que o Município tem pouca liquidez. Deu conta das Casas de banho de Dornes que estão em execução a um bom ritmo, sendo uma infraestrutura necessária. Informou os projetos em fase adiantada como a Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha que irá ser apresentado para o mês que vem, a Requalificação da Torre de Dornes, as Infraestruturas Elétricas e de Telecomunicações em Dornes, o Albergue de peregrinos em Areias e o Ginásio Municipal, sendo todos projetos que vieram do anterior executivo e que ainda passado um ano não se conseguiu colocar em adjudicação, mostrando aos presentes a força e a capacitação que têm de ter dentro do Município para que os projetos possam ser executados, e como disse anteriormente é um trabalho que têm de acelerar, tendo que tomar medidas para que sejam mais rápidos, quando estão em causa fundos comunitários, não querendo de todo perdê-los. Falou dos projetos em fase inicial de estudos e de análise de prioridade, existindo vários programas comunitários e que tentam perceber o que faz sentido avançar rapidamente. Falou do empréstimo que vai hoje à aprovação na Assembleia, estando a falar de trezentos mil euros de projetos em execução ou mais, dizendo que terão que se apressar, pois se não tiverem maturidade poderão correr o risco de ficar para trás relativamente a outros municípios, sendo projetos de investimentos avultados. Estão a criar oportunidades e junto com a Comunidade Intermunicipal, dizendo quais são as prioridades para o Concelho de Ferreira do Zêzere. Mostrou seguidamente alguns projetos em fase de estudo nomeadamente o Estaleiro da Câmara Municipal que pretendem passar para a zona industrial junto ao edifício que já têm algum tempo. A incubadora de Empresas, que foi uma proposta que apresentaram ao Município, o Pavilhão Municipal, espaço que também servirá

para albergar outras associações, dando conta de um conjunto de obras para possibilitar a equipa de Futsal de jogar na primeira divisão, sendo um projeto mais arrojado, fazendo sentido neste momento, pois existe um conjunto de modalidades que não têm onde treinar, ou cujos locais onde treinam não têm as melhores condições. Referiu que não trouxe aqueles projetos e dizer que irão serem feitos, mas sim para mostrar que estão a trabalhar para conseguir ter soluções. Relativo à EB 2,3/S Pedro Ferreiro, que é um projeto de requalificação, não garantindo se irão avançar como projeto de requalificação ou como edifício novo, estando em causa os programas que vão abrir, se irão ser projetos com participação a cem por cento ou a oitenta por cento, dando o exemplo que se for uma requalificação não dá o direito, no caso dos espaços verdes que não será financiado, e que terão que fazer as contas tentando perceber se pode fazer sentido avançar com a construção de um edifício novo e ter um investimento por parte do Município menor, mas sendo algo que têm de implementar com urgência. Em relação à Habitação Social têm a estratégia local de habitação já finalizada, com três edifícios, com mais de vinte fogos. Vão avançar para o arrendamento jovem, à venda de habitação a custos controlados, não querendo perder a oportunidade de avançar com este projeto, dando uma dinâmica mais consolidada ao local. Falou na previsão de investimento de dez milhões nos projetos apresentados cujo financiamento com acesso a programas comunitários, que pretendem e que ascenda os seis a sete milhões de euros, até ao final do mandato, sendo o objetivo do atual executivo, e o compromisso do Senhor Presidente da Câmara, não prometendo, mas é por isso que luta todos os dias e que vai a Coimbra muita vez à CCDR, à Comunidade Intermunicipal, e que preparam muita argumentação para conseguirem o financiamento. Falando no Gabinete de Planeamento Estratégico / Zona Industrial, disse que está a correr bem, auscultado



muitas empresas com interesse na fixação no Concelho, existindo muitos jovens empresários, com muita gente a criar o primeiro emprego, daí os contatos com o IEFP para uma relação mais estreita, para se ter os contatos diretos. Deu conta que têm uma manifestação de vontade de compra de seis, sete blocos na zona industrial para aquisição. Deu conta que estão a concorrer com outro Município para se conseguir na Zona Industrial uma empresa em que numa primeira fase se avance com dez postos de trabalho e numa segunda fase para vinte postos de trabalho, querendo dois lotes, não sabendo o executivo se conseguirão fixar a empresa, mas estão a trabalhar para que isso aconteça, avançando no regulamento que promova a fixação, para que o Concelho de Ferreira do Zêzere, seja competitivo comparativamente a outros Municípios. Disse ainda que havia um conjunto de lotes cuja obrigatoriedade de construir tinham que avançar por imposição do cumprimento do regulamento, sendo que um deles já estava num processo final de reversão, e que irá fazer na próxima semana a respetiva escritura, e que tem um custo acima de tudo para quem não construiu, e eles vão ser revertidos ao Município, que irão ser aproveitados para quem os queira comprar. Informou que já têm o plano estratégico concluído, e que irão apresentá-lo oportunamente. É um documento base, e que a partir dali conseguirão efetuar o caminho que pretendem. Concluiu dizendo que num ano, a estratégia está definida, a base está feita, e a partir deste momento é resultados, terminando assim a sua intervenção. -----

**PERIODO DA ORDEM DO DIA -----**

**1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

A Deputada Municipal, Sara Ferreira, no uso da palavra, interveio dizendo que se tenha mais atenção nas datas do relatório que lhe parecem não estarem corretas, e que após intervenção do Senhor Presidente da Câmara assumindo que foi um lapso dos serviços e que será devidamente corrigido, agradecendo a identificação do mesmo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referiu que o documento foi devidamente apreciado. -----

**2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----**

**2a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Lago Azul, na localidade Castanheira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua do Lago Azul, na localidade Castanheira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

**2b) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Fontinha, na localidade Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

O Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, referiu que não consegue compreender o ponto em questão, nem técnica nem politicamente, questionando o executivo como é que os cidadãos conseguem chegar às suas casas

se os sinais mencionados forem colocados, dizendo que o ponto 2b) deveria ser retirado da Ordem de Trabalhos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, após ouvir o Deputado Municipal e verificar o ponto em questão, referiu que faz sentido retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, assumindo que pretende verificar a situação, propondo retirar o ponto para voltar a analisá-lo, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que foi então retirado da Ordem de Trabalhos. -----

**2c) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Municipal n.º 526 (Estrada da Maré), na localidade de Pereiro, sito na União das freguesias de Areias e Pias. --**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Estrada Municipal n.º 526 (Estrada da Maré), na localidade de Pereiro, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

**3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, referente à alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE), ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, começou por referir que o regulamento em apreço é um primeiro passo para as necessidades do Concelho e da atualização de legislação, contudo chamou a atenção e na sua opinião não está a contemplar todas as necessidades relativas a urbanizações. Referiu que está muito focado no que é a legalização na habitação, e que o documento poderia ter ido mais longe e peca por pouco. Continuou dizendo que não concorda que as normas

internas adjacentes a este Regulamento não tenham vindo a conhecimento aos Senhores Deputados da Assembleia, uma vez que as mesmas terem efeitos externos.

Referiu que o documento tem normas internas aprovados pela Câmara Municipal, mas sendo essas normas que irão ter efeitos externos, para projetistas, para quem está a querer fazer uma casa, que vai ter que cumprir com essas regras, sugerindo que se votasse quando viessem as normas técnicas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se essas regras estavam incluídas no documento, pelo que o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que não estão, mas que poderão ser enviadas para os Senhores Deputados Municipais como adenda, ao que o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo referiu que não fazia sentido aprovar um documento que está parcialmente apresentado, ao que o Senhor Presidente da Câmara, respondeu que não lhe parece que irão ser essas normas internas que não estão no documento, que iriam alterar o sentido de voto, uma vez serem normas de cariz técnico, apelando aos membros da Assembleia que se votasse o documento sem as referidas normas internas e que elas pudessem ser enviadas depois. É um documento que urge aprovar e que pretende resolver o problema de muitas pessoas. -----

Referiu que o caminho que tem sido feito pelo Município e que a responsabilidade também é a do Vice-Presidente a quem agradece o empenho junto dos técnicos do Município. Disse ainda que estão disponíveis para rever, atualizar, para melhorar, mencionado que voltaram a reunir com os técnicos que estão no Concelho, como os arquitetos, como os engenheiros, no sentido de procurar soluções sendo essa a postura do executivo, a de diálogo, referindo que se criou em conjunto os limites em

ca  
ds  
[Handwritten signature]

relação à edificação ao índice de construção nas zonas ribeirinhas e que nessa área deram um grande passo, mas que ainda estão longe do que pretendem, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, ao referir que estavam dados os esclarecimentos e dada a necessidade de aprovação do documento, propondo à consideração dos Deputados Municipais a votação do mesmo. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do PS, um voto contra do Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo do PPD/PSD.CDS-PP, e seis abstenções PPD/PSD.CDS-PP, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE). -----

**4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Ferreira do Zêzere (RISAASFZ), em cumprimento da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Deputado Municipal, Carlos Salgado, no uso da palavra, quis apenas louvar o respetivo Regulamento, que refere como um documento para resolver situações problemáticas, e que as técnicas que vão efetuar o serviço de atendimento e acompanhamento social têm de ter muita paciência e muito cuidado, dado que o ano de dois mil e vinte e três que se aproxima não será nada fácil, apelando a essas pessoas a sua melhor boa vontade, e o maior cuidado, terminando assim a sua intervenção. -----

A Deputada Municipal, Sara Ferreira, no uso da palavra, começou por dizer que a constituição das equipas não deveriam ter nomes individuais, mas funções e cargos

que obviamente poderão ser substituídos por alguma razão ou impedimento da função que a pessoa exerce, e que nesse sentido pensa que a constituição da equipa técnica no Regulamento não devia vir nominal, mas sim a posição e o cargo que ocupam na equipa técnica, terminando assim a sua intervenção. -----

A Vereadora Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, referiu que foi essa indicação expressa por parte do Instituto da Segurança Social, e que cada vez haja alteração na equipa, o regulamento tem de ser alterado, e que os cidadãos têm de saber quem são, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e dirigindo-se à Vereadora Ana Elisabete Ferreira, solicitou que enviasse a documentação que referiu, porque segundo o Senhor Deputado, ou andam todos enganados como os outros Municípios ou o Regulamento é exatamente igual com pequenas atenuantes, referindo que na CIMT o regulamento é igual para todos, havendo pequenas alterações, e preocupou-se em verificar noutros regulamentos de outros Municípios se tinham o nomes dos intervenientes o que lhe causa alguma estranheza, e que não deveria ser em regulamento, ao que a Senhora Vereadora Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, referiu que não têm de ser aquelas pessoas, mas têm de constar publicamente no Regulamento quem são no momento, podendo as mesmas serem substituídas se houver alteração, não achando haver algum problema na menção dos nomes no Regulamento, terminando assim o seu esclarecimento ao Senhor Deputado. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, em cumprimento da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Ferreira do Zêzere (RISAASFZ). -----

**5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para conceder a isenção do pagamento da licença de ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere, no presente mandato, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 3 do artigo 53.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 3 do artigo 53.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere, aprovar a isenção do pagamento da licença de ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere, no presente mandato. -----

**6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para conceder a utilização gratuita do Campo Desportivo Sintético - Parque de Lazer, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 1.1 do artigo 47.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e conforme alínea n.º 1.1 do artigo 47.º da Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere, aprovar utilização gratuita do Campo Desportivo Sintético - Parque de Lazer. -----

21	009
Livro	Folhas

**7. Proposta de Alteração de Toponímia, levada a cabo por parte da Assembleia Municipal, do nome de Praça Dr. Guilherme Godinho à atual Praça Professor Egas Moniz, em cumprimento à deliberação n.º 30AM/2022 de 30 de abril de 2022:** -----

**7a) Para apreciação e conhecimento, da deliberação da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea ss), do n.º 1, artigo n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referiu que de acordo com o que foi aprovado na Assembleia Municipal de Abril, em que se propôs uma mudança do nome da Praça Professor Egas Moniz, onde se tem no documento de aceitação da Câmara Municipal do cumprimento do pedido efetuado, bem como das auscultações legais que foram feitas aos moradores naquele local, pelo que termina ao informar que o documento se encontra devidamente apreciado. -----

**8. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 3 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 2 - Modificação às GOP (PPI e AMR), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começando por dizer que uma das razões deste documento se deve ao investimento na programação cultural. Sabe que muitos cidadãos têm dito que o Município tem feito muita atividade cultural, mas informou que o Município tem de executar muito daquilo que se faz, havendo candidaturas que deveriam ser executadas há mais tempo, em conjunto com outros Municípios, e que se não as executam todas durante o ano de dois mil e vinte e dois, poderão chumbar o financiamento ao Município de Ferreira do Zêzere, colocando em causa o financiamento dos outros Municípios, terminando assim a sua intervenção. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Revisão Orçamental n.º 3 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 2 - Modificação às GOP (PPI e AMR). -----

**9. Apreciação e votação à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez um enquadramento relativo ao ponto dizendo que existem alguns cargos que são rotações de pessoas que ocupam outros lugares da Câmara Municipal, outras promoções e existindo outros cargos novos que vêm de acordo com as propostas que tinham sido feitas em Assembleias anteriores que faziam parte da explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara previamente. -----

A Deputada Municipal, Sara Ferreira, no uso da palavra, e não se referindo em específico a este ponto, e achando que se não o dissesse naquele momento poderia perder a oportunidade de o fazer, iria tocar numa questão particular. Percebendo que o atual executivo tem dado muita importância aos recursos humanos, queria pedir ao Executivo que na próxima alteração ao Mapa de Pessoal, contemplasse, e existindo uma carência muito grande que se sente na Escola Pedro Ferreiro, quer ao nível de assistentes técnicos, quer ao nível de assistentes operacionais, o que se traduz na qualidade dos serviços que a escola presta, solicitou que o Executivo ajudasse a resolver esta problemática, tendo em conta que os funcionários fazem agora parte do Mapa de Pessoal da autarquia, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e esclarecendo a Senhora Deputada, referiu que querem sempre ter uma negociação com a DGESTE, para

poder ter mais financiamento, serem ressarcidos desse investimento, dando conta que já sabia que essa situação iria acontecer, com a assunção dessas competências iria levar a que o Executivo tivesse alguma pressão para aumentarem os recursos humanos na escola, compreendendo essa situação, mas referiu o facto de terem um orçamento para cumprir. Informou que já alocaram duas funcionárias à secretaria da escola e que ficaram algo deficitários noutras áreas, mas por força da importância e urgência, tiveram que rapidamente e em mobilidade alocar à secretaria. Mencionou que tem uma Vereadora que muito lhe orgulha, tendo uma preocupação muito grande, bem como a chefia para com a Escola, para o Sistema Educativo, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do PS, zero votos contra, e sete abstenções do PPD/PSD.CDS-PP, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022. -----

**10. Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 5 do art.º 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 5 do art.º 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua

atual redação, aprovar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2023. -----

**11. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. --**

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu conta de que ao invés da Taxa de Participação Variável no IRS ter sido cinco por cento, seria pegar em um por cento e alocar ao apoio às creches, estando a falar de trinta e cinco a quarenta mil euros, dizendo que quem recebe IRS, e estando a falar da classe média e classe média alta, que será de alocar esse valor a um segmento de idade, essencialmente aos jovens casais que se querem fixar em Ferreira do Zêzere e que pagam uma mensalidade avultada, derivado a todos os outros estarem isentos. Referiu também que a gratuidade das creches já está a avançar para filhos nascidos após dois mil e vinte e um, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Participação Variável no IRS, para o ano de 2023. -----

**12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2023, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c), in fine, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1º, 22º e 23º do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c), in fine, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1º, 22º e 23º do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2023. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, não queria deixar de dar conta que o Concelho de Ferreira do Zêzere, é dos que têm uma taxa menor, com uma taxa de zero, vírgula cinco por cento, sendo uma mais-valia para poder fixar empresas, terminando assim a sua intervenção. -----

**13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do pedido de Contratação de Empréstimo até ao montante máximo de 1.990.000,00€, nos termos da alínea f, do nº 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

O Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra, quis apenas deixar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, para explicar para que são os dois milhões de euros, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra e esclarecendo ao Senhor Deputado, referiu que pretendia investir até dez milhões no Concelho e até ao final do mandato, sendo evidente que não se vai poder finalizar obras, dizendo que aqueles projetos que são obrigatórios, e que muitos Municípios já têm, a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, tem de ter projetos de execução já feitos, porque pode dar-se o caso de não se poder candidatar aos programas, e se se demorar muito mais tempo e se não houver maturidade, serão os outros Municípios a avançar primeiro, podendo correr o risco de chegar lá e não haver verba para o Município,

falando entre trezentos e quatrocentos mil euros. Qualquer dos projetos que apresentou anteriormente, dando o exemplo da Escola custa sessenta e cinco, oitenta mil euros, falando também na Habitação Social que está no mesmo patamar, estando-se a falar de muito dinheiro. Disse que neste momento o Município, tem três milhões e trezentos mil euros, essencialmente para compromissos já assumidos, obras assumidas, não esquecendo que existem quinhentos mil euros para as IPSS'S para o ano de dois mil e vinte e três e só para duas e caso avancem, o que irá condicionar e muito. Lembrou ainda os presentes que não se pode esquecer que as obras irão aumentar trinta por cento, a energia irá aumentar, os combustíveis irão também continuar a aumentar, dizendo que ou se utiliza a capacidade de endividamento ou fica-se para trás, não havendo outra solução. O que irão fazer é pegar nessa liquidez que irão ter, avançar com as obras e ir pagando à medida que se vai recebendo dos fundos comunitários. Mencionou que tem de se avançar com as obras. Referiu que só as escolas são quatro ou cinco milhões neste momento o que com todas as dificuldades que se está a ter irá ser extremamente difícil, sendo que se for uma nova são dez milhões. Falou na Habitação social num total entre um milhão, duzentos mil euros e um milhão trezentos mil euros, uma simples praia fluvial custa quinhentos mil euros, o que ou não se faz e poupa-se dinheiro e fica-se para trás, perdendo competitividade ou aproveita-se o dinheiro que se podia ter com taxas mais baixas, e que está nos zero vírgula quatro por cento, e a nível de spread com uma taxa razoável, dizendo mais uma vez que ou se utiliza esta situação ou fica-se para trás. Referiu que ouve muito e tem falado com muitos Presidentes de Câmara, ensinando-o muito e que têm ajudado bastante e todos entendem que a Gestão do Município, tem de ser assim. Muitas vezes sai da Câmara Municipal chateado porque querendo fazer projetos, candidatar, ter maturidade, e não o consegue pois



não tem dinheiro, e não tendo problemas com endividamento, sendo que têm que investir. Disse que no ano que passou andaram a alocar dinheiro de um lado para o outro para as despesas normais, dando o exemplo da obra perto do Estádio em que toda a gente critica por não ter a maturidade devida onde têm cento e cinquenta mil euros de trabalhos a mais e/ou complementares. Disse que é necessário possuir a capacidade de ter projetos com a qualidade devida para que não obriguem a ter tantos trabalhos complementares, sendo que ainda não têm a certeza de que todas as obras irão ser financiadas, onde tem de se andar num jogo grande e com pressão junto da CCDR, para se conseguir financiamento, dizendo que não se pode esperar mais tempo. Esperaram um ano, as chefias sabem perfeitamente que o tempo de aprendizagem, estabilização da nova orgânica acabou, as suas desculpas de estar há pouco tempo como Presidente da Câmara acabaram, sendo que agora necessita desse dinheiro para apresentar resultados, explicando que se assim não for é o Concelho que fica a perder e perde-se um ano, sendo que pretende-se recuperar esse tempo. Afirmou que não se vai colocar nada em causa, que vai continuar a pagar a zero dias, sendo esse caminho a seguir. Lembrou que no dia quatro de novembro, se não houver nada em contrário, a Ministra da Coesão Territorial virá a Ferreira do Zêzere, em que a mesma detêm em tutela as CCDR'S e diversos programas, sendo mais uma altura para pressionar, para poder explicar a estratégia e os investimentos da Câmara Municipal que se pretende para o Concelho de Ferreira do Zêzere. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do PS, e sete abstenções PPD/PSD.CDS-PP, nos termos da alínea f, do nº 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a proposta da Câmara Municipal, do pedido de Contratação de Empréstimo até ao montante máximo de 1.990.000,00€. -----

**14. Apreciação e votação da proposta aprovada em Conselho Municipal da Educação, e com pronúncia positiva por parte da DGESTE, relativa à "Carta Educativa do Município de Ferreira do Zêzere", nos termos da proposta em anexo, conforme artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.** -----

O Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, deu os parabéns pela Carta Educativa, onde está especificado as necessidades educativas do Concelho de Ferreira do Zêzere, no entanto referiu que segundo o que consta na Carta Educativa há falta de manutenção nos equipamentos, etc., da parte desportiva e de lazer mas ficou preocupado com uma situação, referindo que o documento e naquilo que é a parte de análise de dados nada se opõe, mas quando se chega à análise de infraestruturas das escolas do Concelho de Ferreira do Zêzere, dizendo que se querendo uma escola nova têm analisar bem a situação, dizendo ao Ministério da Educação, e colocando o "dedo na ferida", que se precisa do dinheiro, para não se ter de endividar com dois ou três milhões de euros, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra, questionou se cabe à Câmara Municipal remeter o documento para Assembleia Municipal, ao que a Senhora Vereadora Ana Elisabete Ferreira respondeu que de acordo com a lei quem aprova não é a Câmara mas sim o Conselho Municipal da Educação, e que após aprovação remete ao DGESTE, que por sua vez é remetido à Assembleia Municipal para seguir a deliberação para a DGESTE, agradecendo a questão colocado pelo Senhor Deputado que é importante esclarecer, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e respondendo ao Senhor Deputado Filipe Figueiredo, que o executivo tem reunido com a Comissão de Acompanhamento, com o Diretor Regional da Direção Geral da Educação, e que o mesmo vem cá novamente dia dezoito para mais uma reunião onde se vai debater a requalificação da escola, o sítio onde se vai enquadrar a Requalificação. Informou também que já têm pedido para uma reunião ao Ministro da Educação, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra e dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, lembrou que faz parte do Conselho Municipal da Educação, e disse que a Carta Educativa teve de ser adaptada à que já existia e que vinha do anterior, não se lembrando da antiga falar dos problemas da escola. Deu a opinião de que a atual Carta Educativa sofreu as devidas adaptações por exigência do Ministério da Educação, não sabendo se foi falha ou podendo ser melhorada ou só a adaptação daquilo que foi necessário por força do cumprimento das exigências do Ministério questionando assim a Senhora Vereadora se entendeu as suas palavras, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Vereadora Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, informou que as alterações foram muito além daquilo que era pedido, ou seja, além daquilo que tinham que necessariamente que fazer. Disse ainda e em relação à situação concreta da Escola, informou que na altura em que a Carta estava a ser elaborada, já estavam em conversações com o Senhor Delegado da Educação no sentido de se fazer a requalificação da Escola e daí não ter havido referência na Carta Educativa e que talvez não fosse o documento adequado para isso, já estava em conversações de haver e até por parte da DGESTE o financiamento do projeto de arquitetura, sendo que essa questão está em cima da mesa ainda, sendo que o executivo poderá querer

outo tipo de projeto, mas que seja mais adaptado àquilo que pretendem. Referiu que como demonstra a Carta Educativa, os equipamentos têm necessidades gravíssimas, sendo que terão de ser acolhidas, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da proposta em anexo, conforme artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, aprovar a "Carta Educativa do Município de Ferreira do Zêzere". -----

**15. Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.** -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

#### **INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS** -----

**1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra, começando por dizer que tudo o que for aprovado a partir daquela hora é ilegal devido a Assembleia ter passado da meia noite, que já não é dia trinta de setembro, mas um de outubro. Disse ainda que a Assembleia deveria ter-se pronunciado em prolongar a Assembleia Municipal chamando a atenção aos Deputados Municipais e havendo juristas presentes que sabem desta situação. Procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: "*Senhor Presidente da Assembleia. As explicações dadas por V. Exa., sobre a Biocompost e as empresas Sicarze e Comave, em vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, levou a que eu pensasse no assunto, e por esse motivo, coloco agora essas minhas preocupações. Primeiro: Sobre a Biocompost, o Senhor disse*

*que está aberta uma via de diálogo. Eu pergunto: Alguma vez ela esteve fechada? O que é conhecido é que da parte da Câmara Municipal sempre essa via esteve escancarada entre a Câmara e a empresa. Esteve fechada sim, para as populações e as denúncias e acusações que a população efetuou. Mas como V. Exa., disse, vou ficar à espera da resolução, mas como deve compreender essa espera vai ter um limite de tempo. Quanto à Sicarze e Comave, a sua explicação vem demonstrar e comprovar, que as preocupações expostas pela população tinham e têm razão de ser. Como é possível que uma Câmara se dê ao luxo de deixar andar as coisas na forma como V. Exa., divulgou. Falta de licenciamento. Põe-se aqui um problema Senhor Presidente. A sua atitude não é só louvável, é também dignificante. O assunto foi levantado em Assembleia por cidadãos, o Senhor agarrou no assunto, procurou as respostas, e trouxe-as à Assembleia. Eu pergunto. O que têm andado a fazer os Senhores Vereadores? É que a Assembleia é um órgão deliberativo, cabe à Câmara executar e controlar. Deveria ser esse o seu papel, mas como se vê, não o tem sido. Só falta comprovar se estas situações são desleixo, incompetência ou premeditação. Sobre a falta de cobertura da Internet em várias zonas do nosso Concelho, gostaria de dizer o seguinte: No tempo em que existia a empresa PT, empresa pública, o PSD, o CDS e também o PS, tudo fizeram para que a mesma fosse entregue de mão beijada ao capital privado, com a tese de que havia a necessidade de alterar as regras de jogo em nome da competitividade e do liberalismo económico. Várias empresas se instalaram nesta área, o resultado está aí, e é conhecido por todos. A desculpa é que não é rentável o alargamento da Internet em várias zonas do País por causa dos investimentos necessários. Este é um assunto das empresas, dos acordos que foram feitos com o governo na altura, e também das opções políticas que se tomaram, e tomam. O Governo pode tomar*

*certas medidas e não toma, porque não quer tocar nos interesses instalados. A razão é simples, o lucro sem preocupações nem compromissos. Parte do País, exemplo de Ferreira do Zêzere, que se desenrasque. E assim anda o interior do país abandonado sem perspetivas, de evolução, e ao sabor das multinacionais. Esta é a visão de progresso futurista do governo. Um outro assunto que certamente interessará à Assembleia, dado que vós sois defensores da Descentralização de Competências do governo para as autarquias. Senhor Presidente da Câmara Municipal. No programa eleitoral do seu partido nas eleições autárquicas e na sua biografia política, diz em determinado momento, que em dois mil e treze, foi eleito por unanimidade como representante da Assembleia Municipal no Concelho da Comunidade da Associação de Centros de Saúde do Médio Tejo. Considerando que hoje é Presidente da Câmara vou dar-lhe a conhecer o seguinte. No dia trinta de março do ano de dois mil e vinte e um, enviei uma carta em nome pessoal ao Ex. Senhor (a) responsável da Unidade de Saúde de Ferreira do Zêzere, onde expus alguns problemas existente que necessitavam de ser reparados. Problemas de simples manutenção das instalações, que afetavam os utentes e também os funcionários que lá trabalham. Como resposta fui informado, que a parte exterior do edifício teria de ser tratado a outro nível por ultrapassar as competências desta. Bom, passado mais de um ano, aumentou a degradação, estuque ou cimento continua a cair da pala exterior do edifício, os riscos de acidente a qualquer cidadão, estão à vista. Com a descentralização, cabe agora a V. Exa., resolver o problema. Pode registar, que não vou esquecer o assunto até que o mesmo seja resolvido, e que não venha com problemas de dinheiro. Para terminar aqui fica um outro assunto Senhor Presidente da Câmara. Em vinte e sete de julho deste ano, fui à reunião Pública da Câmara e perguntei a V. Exa., quais as razões para a falta de*



*funcionamento do Ar Condicionado instalado na Biblioteca Municipal. Este assunto foi apresentado por mim em Assembleia Municipal de vinte e oito de julho de dois mil e dezasseis e creio ter sido instalado no ano seguinte, isto é, em dois mil e dezassete. Estamos em dois mil e vinte e dois. Cinco anos depois, a resposta da Câmara Municipal é dada trinta e três dias depois, e assinada pela Senhora Funcionária Cristina Sofia Curado da Cruz em substituição da Chefe de Divisão Administrativa e Serviços Instrumentais, e diz o seguinte: Falta de potência no quadro elétrico. Ora bem Senhor Presidente! Não conheço o processo, mas acho estranho, que cinco anos passados, nenhum Vereador ou membro da Assembleia Municipal tenha dado por isto. Então a Câmara Municipal faz um contrato com uma empresa para instalar o ar condicionado e a empresa não sabe que a potência instalada tem de ser alterada? Como entendo que a resposta que me foi dada não responde nem clarifica o que se passou ou passa; venho requerer a V. Exa., uma resposta clarificadora ao pedido de alteração da potência instalada e a instalar nas instalações da Biblioteca Municipal de BTN para BTE, e qual a data desse pedido oficial à empresa que vai fazer a alteração. Com a minha intervenção, seguirá cópia da carta que eu enviei ao Centro de Saúde, e cópia da minha intervenção na reunião de câmara, para que fique registado as minhas posições, e os assuntos que trago hoje aqui".* Transcrevo agora na íntegra texto integral carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, em vinte e oito de julho de dois mil e dezasseis, assim: "Eu Vítor Manuel Rodrigues Mendes, residente neste Concelho há cerca de dois anos, e frequentador da Biblioteca Municipal, no dia 25 do mês em curso apercebi-me que a Biblioteca não tem ar condicionado instalado. Senhores Vereadores, por aquilo que eu conheço, tanto o cidadão comum, como os estudantes do Concelho, têm a possibilidade, se assim o entenderem, de estudar no espaço

*Biblioteca. O que acontece, é que para se poder ter o mínimo de condições de trabalho ou de estudo, temos de ter as condições mínimas atmosféricas para o poder fazer. O que não é o caso, no espaço existente na Biblioteca. Tanto os funcionários, como os estudantes, ou moradores que frequentam este espaço, neste momento têm de ter as ventoinhas junto de si, para poderem cumprir a sua função tanto profissional, como de estudo. Espero que compreendam que não é nada atrativo para quem tem de trabalhar ou estudar nestas condições. Creio que não é demais considerar, que este problema deve ser tido em conta por este executivo camarário no próximo orçamento da Câmara Municipal para dois mil e dezassete, tendo em conta que na execução do projeto inicial se esqueceram deste pormenor. O ar condicionado! Isto é, criar as condições tanto de trabalho, como de estudo ou de lazer, para que a Biblioteca seja um polo de cultura e de bem-estar para todos os trabalhadores, estudantes e população. Espero que esta Câmara não deixe de discutir este assunto, e tomar as medidas que se impõem".* Transcrevo agora na íntegra texto integral carta dirigida ao Responsável da Unidade de Saúde Familiar de Ferreira do Zêzere – Centro de Saúde, em trinta de março de dois mil e vinte e um, assim: *"Eu, Vítor Manuel Rodrigues Mendes, residente na Rua do Telheiro de Cima nº 393, freguesia da UFAP, venho alertar o seguinte: Ou oriundo de Lisboa. Há cerca de seis anos que vim viver para este Concelho. Estou inscrito neste Centro de Saúde desde essa data. Porém, desde essa altura que tenho vindo a verificar e a identificar casos de falta de manutenção não só no edifício parte exterior, como de questões básicas e simples que demonstra não existir a devida atenção de quem de direito. Passo a identificar: torneira de lavatório desapertada na casa de banho dos homens; porta da casa de banho dos homens sem fechadura; aplicação da iluminação na sala de estar, queimada, e lâmpadas desajustadas ao local; parte do beiral*

exterior do lado da entrada principal onde tem caído vários pedaços de cimento deixando à vista o ferro da cofragem. Possivelmente haverá mais problemas que não são identificados pelo cidadão comum até pela sua limitação de acesso. Por estes motivos, considero que seria importante não deixar arrastar este tipo de problemas simples, que com o tempo, se podem tornar verdadeiros problemas. Estamos a falar de património público na área da saúde, que deveria merecer a devida atenção. Espero que esta chamada de atenção seja entendida como uma preocupação e não como crítica à sua gestão". Transcrevo agora na íntegra texto integral carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, em vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois, assim: "No dia vinte e oito de julho de dois mil e dezasseis, fiz chegar ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores na altura por escrito, a minha preocupação enquanto frequentador da Biblioteca Municipal na falta de condições atmosféricas que existiam no seu interior, tanto para quem lá trabalha, como para quem a frequenta ou a utiliza para estudar. Passado algum tempo, foi reconhecido essa chamada de atenção e colocado então o Ar Condicionado. Um dia antes, mas seis anos depois, volto aqui a levantar o problema não na ausência do Ar Condicionado, mas na sua não funcionalidade no período de Verão. Nas perguntas que eu tenho feito a várias pessoas sobre esta matéria, a resposta que me tem sido dada é que dizem que o quadro não suporta a carga. Por isso, está desligado. O que se verifica é que se voltou de novo a ter a ventoinha a funcionar para se poder trabalhar, tendo lá as instalações do Ar Condicionado. A pergunta que eu faço é a seguinte; o que é que se passa no concreto Senhor Presidente da Câmara? Quais as razões que levam a manter o Ar Condicionado desligado? Sei que quem responde por esta área de acordo com as decisões tomadas pelo Senhor Presidente da Câmara, é a Senhora Vereadora Ana

*Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira. Mas como não a tenho visto nas Assembleias Municipais, decidi hoje vir aqui colocar o problema, e solicitar uma explicação. É possível eu ser esclarecido sobre este assunto Senhor Presidente? É que, o verão, normalmente dura três meses, e já vamos a caminho do segundo mês com o Ar Condicionado desligado?"* -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra e dirigindo-se ao Senhor Vítor Mendes, deu conta de que foi eleito por unanimidade, cumprindo com a sua missão que era de reivindicar os vários problemas que o Município tinha, que as infraestruturas bem como de recursos humanos que tinha em Ferreira do Zêzere, e dando seu melhor em representação na Assembleia Municipal estando de consciência tranquila. Continuou dizendo que já teve algumas reuniões com a diretora da ACES, bem como a Senhora Vereadora, informando que têm uma reunião marcada, e até mesmo para questionar o ACES acerca das infraestruturas e que o Município só aceita a delegação de competências na área da saúde quando tiverem a certeza de que a Requalificação do Centro de Saúde irá ser assumida ou financiada pelo Governo, quando se está falar de um montante na ordem de duzentos a trezentos mil euros de investimento, sendo que a questão dos médicos é uma preocupação para o executivo, dando conta que têm trabalhado muito e fora do horário normal e com bastantes reuniões. Referiu que é uma vergonha ter a necessidade de intervenções há mais de um ano ou dois, principalmente a questão exterior, sendo que já informou no Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere e em Lisboa junto do Diretor da ARSLVT. Não quis deixar de mencionar que é complicado deixar os edificios chegarem a esse estado. Disse que neste momento existe médico na Frazoeira por força da pressão que têm sido feitas por parte do Município, e por parte da Junta de Freguesia das reuniões que tem havido, sendo que

aqui o Senhor Presidente de Junta é o rosto mais visível dessa pressão, sendo certo que ainda não há médico em Chãos, e estando reunido ontem com o Senhor Presidente de Junta na freguesia, onde existe um pedido de reunião para aferição das obras. Informou que está sem receber das Águas do Vale do Tejo cerca de cento e cinquenta mil euros, que se está para receber há cerca de três anos, isto por a minuta do contrato ainda não estar concluída, e havendo uma conciliação de vontades em chegar a um documento final e resolver a situação do pagamento, querendo dizer que há coisas que demoram o seu tempo não dependendo totalmente da Câmara Municipal. Relativo ao contrato de alteração de potência disse que é uma questão contratual, existe um procedimento que não depende da Câmara Municipal, levando o seu tempo. Referiu que a situação está resolvida, e que resta esperar que a empresa faça a alteração de potência. Deu conta que as coisas não são tão simples como se posso imaginar, dando o exemplo de alteração das piscinas em que se demora um mês no mínimo, para fazer um regulamento, demora-se seis ou sete meses, sendo obrigações legais que têm de se ter, pedindo ao Senhor Vítor Mendes que compreenda que tanto o executivo e os técnicos da Câmara estão lá para fazerem o seu melhor. Referiu que toda a informação está disponibilizada se assim o entender, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O cidadão Francisco Oliveira, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que nos últimos dois anos, Portugal no período de pandemia, agora atualmente num período de guerra, de crise energética, as famílias sentem esta situação, e que já se sente algum senso de normalidade já durante o ano de dois mil e vinte e dois, em que o Município e as Juntas de Freguesia têm promovido iniciativas diversificadas, presenciais e atrativas. Referiu que todos chegaram aquele dia não só graças às medidas preventivas que foram adotadas não só pelo Governo, mas

também pelos Municípios e também ao espírito de sacrifício de resiliência e compreensão por parte dos portugueses. Tem plena noção que ainda há muito caminho para trilhar, sendo que a inflação se traduz em dificuldades para as famílias, mas também para os jovens da sua geração, sendo necessário que existam medidas estruturantes de apoio e que façam a diferença, não da forma de caridade e em vales alimentares. Deu o exemplo de os jovens da sua idade ou até mais novos que queiram efetuar escolhas entre colocar comida em cima da mesa ou pagar uma renda, que tenham de escolher, em visitar a família ou pagar uma propina, e enquanto estuda das oito da manhã até às cinco da tarde, e depois tenha de trabalhar das seis da tarde até às onze da noite, será essa a emancipação jovem de que tanto se fala, questionou. A falta de equilíbrio entre a vida profissional, académica, e pessoal, para que o mesmo quando conclue os estudos, volte a regressar à sua terra natal e ter as portas fechadas, ou por falta de experiência, ou por falta de oferta de emprego dentro da sua área, referiu que é aí que se pergunta se se estará a fazer tudo para auxiliar esses jovens e suas famílias. Questionando se se estará a criar condições para que os mesmos se fixem e possam contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Ferreira do Zêzere, questionando. Indicou que Concelho de Ferreira do Zêzere tem o maior índice de sempre de alunos a entrar no ensino superior, dizendo que ter uma licenciatura hoje e ter uma licenciatura há vinte anos são realidades muito diferentes. Afirmo que poderá dizer-se que são a geração mais qualificada de sempre, mas das mais precárias. Questionou enquanto jovens, qual o contributo que teriam de fazer para alterar essa situação. Será a irreverência, a inconformidade e o senso de que se vive em comunidade. Tem de ser os jovens a fazer pressão, desafiar os órgãos que estão no poder e reivindicar os seus direitos, para que possam ser uma geração realizada, para que possam criar fundações, para que a geração que venha a

21	018
Livro	Folhas

seguir possa ser cada vez mais realizada. É com essa visão e com essa responsabilidade que a Juventude Socialista de Ferreira do Zêzere, entregou há cerca de um mês cerca de setenta e nove propostas que incidem em diversos fatores chave do Concelho de Ferreira do Zêzere, pelo que a sua intervenção veio no sentido de perguntar e em comunidade em algumas dessas propostas, saber a disponibilidade da Câmara Municipal bem como da Assembleia Municipal em concretizá-las no próximo orçamento. Falou mais concretamente da reabilitação da iluminação pública para tecnologia LED, tornando o Município mais eficiente, mais sustentável, permitindo uma poupança energética na conta do Município, mais Bolsas de Estudo, bem como um complemento para os estudantes deslocados a nível municipal. Continuou dizendo que também mais habitações a custo controlado, isenções fiscais para as famílias jovens que adquirem a sua primeira habitação no Concelho de Ferreira do Zêzere. A possibilidade de integração do Cineteatro na Rede Portuguesa de Teatros e Cineteatros, sessões de aconselhamento para alunos do secundário para integrar no ensino superior e a gratuitidade de produtos de higiene feminina nas escolas. Terminou a sua intervenção dizendo que fazer política não pode ser percecionado como profissão, mas sim uma missão. A missão de trazer a voz dos eleitores para cima da mesa ou para as Assembleias Municipais onde se tomam as decisões e mentalizar essa mesma voz em ações que façam a diferença no quotidiano das pessoas, tudo dependendo da força de vontade e da disponibilidade, sendo para isso que lá estão, para trabalhar e para desafiar a todos. Desafiar, continuando a avançar, e pegando nas palavras de um antigo e falecido socialista Jorge Sampaio, “*Não há portugueses dispensáveis*”, gostando de refazer a frase dita para “*Não há Ferreirenses dispensáveis*”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou o Senhor Vítor Mendes de que a alteração de potência já estaria feita, esperando que mantenha a qualidade devida para não haver problema. Continuou agradecendo as palavras do cidadão Francisco Oliveira, assumindo que olharia para essas propostas com a devida atenção procurando incorporar as que forem sensatas, deixando o compromisso do executivo de que irão fazer essa análise, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referiu que na sexta-feira, dia vinte e oito de outubro às dezoito horas e trinta minutos, irá realizar-se a segunda sessão da Assembleia Municipal Jovem. Informou também os membros da Assembleia Municipal que as próximas duas Assembleias, nomeadamente a de dezembro de dois mil e vinte e dois e fevereiro de dois mil e vinte e três, irão ser realizadas no Centro Cultural Alfredo Keil, sendo que posteriormente voltará a fazer-se a rodagem pelas freguesias restantes que faltam, tendo em conta que será mais fácil e com melhor tempo estar nesses locais. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. ----

José Manuel Pinto da Silva Casanova

*José Manuel Pinto da Silva Casanova*

Carlos Ferreira Salgado

*Carlos Ferreira Salgado*

Maria Fernanda Gaspar de Moura

*Maria Fernanda Gaspar de Moura*